

ENTREVISTA A FERRO RODRIGUES

VONTADE DE MUDAR



Candidato a primeiro-ministro, Ferro Rodrigues defende a estabilidade política, mas está preparado para, a qualquer momento, responder “às expectativas e necessidades dos portugueses”.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário-geral do PS considera que Portugal viveu os últimos seis meses em “contra-reforma permanente”, já que o actual Governo, “incapaz de definir um rumo”, lançou a instabilidade nas regiões e nos agentes económicos”.

Sem rodeios, sublinha que Durão Barroso está refém dos caprichos de Paulo Portas e de Alberto João Jardim, já que são eles quem hoje mais condiciona as decisões da coligação. Orgulhoso da herança histórica do PS, Ferro Rodrigues olha o partido como a “casa comum da esquerda democrática” que tem a ambição de voltar a ganhar eleições com base numa “alternativa moderna e reformista” e não pela mera lógica de rotativismo no poder.

Face aos próximos desafios eleitorais, revela que ele próprio coordenará a estratégia para as europeias e para as regionais. ► Páginas centrais

**SOCIALISTAS CHUMBAM
ORÇAMENTO DE ESTADO**

► Página 3 a 5

**FERRO RODRIGUES APRESENTA
NAS FEDERAÇÕES
MOÇÃO AO CONGRESSO**

► Página 7

**COSTA SUGERE DEMISSÃO
DA MINISTRA DA JUSTIÇA**

► Página 9

**ROMANO PRODI REAFIRMA
ESTUPIDEZ DO PEC**

► Página 15

A SEMANA REVISTA

O secretário-geral do Partido Socialista presidiu ao encerramento do Congresso do PS/Madeira em que foi formalmente empossado como novo líder regional, o camarada Jacinto Serrão.

No âmbito da apresentação da sua moção global ao próximo Congresso, Ferro Rodrigues esteve nas federações de Santarém, Coimbra, Évora, Castelo Branco e Setúbal.

Ferro Rodrigues encerrou no sábado a Convenção Autárquica do PS/Sintra, onde foi aprovada uma moção de censura ao Orçamento de Estado para 2003.

A Concelhia do PS/Lisboa organizou um debate subordinado ao tema "Que política para a cidade?", no auditório da Assembleia da República, que contou com as presenças de José Sócrates e Mega Ferreira.

O secretário-geral do PS recebeu no dia 18, na sede nacional do Largo do Rato, o clube de reflexão socialista "Margem Esquerda" e a direcção da CGTP-IN.

Decorreu no sábado um debate sobre o "Ensino Superior, problemas perspectivas", no Porto, que contou com a participação de Augusto Santos Silva e do dirigente distrital da JS, Gustavo Carranca.

Os deputados do PS/Beja em conferência de Imprensa declararam que as contas do Orçamento de Estado para 2003 representa "um orçamento de retrocesso para Beja".

Edite Estrela e Maria da Luz Rosinha foram as principais oradoras de um seminário autárquico sobre o modelo de organização na Área Metropolitana de Lisboa, que decorreu na passada 3ª feira.

Com os votos contra do Partido Socialista, foi aprovado na Assembleia da República o Orçamento de Estado para 2003.

O VÍRUS

ANTOONIO COLAÇO

– PAULO, VOU DEMITIR-ME!
 NÃO AGUENTO MAIS ESTE
 VÍRUS QUE ME RÓI A
 CONSCIÊNCIA!!!
 – SCHIU!!! SE NÃO TE
 CALAS JÁ, PORTAS, AINDA
 LEVAS UMAS CABEÇADAS!!!



EDITORIAL

PEQUENOS NADA QUE SÃO TUDO

Finalmente alguém teve a coragem de afirmar, preto no branco, a nova doutrina do PSD. Se ainda subsistiam algumas dúvidas, estas foram completamente dissipadas pelo governador civil de Braga. Diz o respeitável senhor, em entrevista ao "Público", que se não se cumprir a promessa de extinguir os governos civis ninguém "poderá acusar o PSD". Notável é também a declaração de que não é só ele a pensar assim, que há mais governadores civis em funções que partilham esta opinião. Só ainda não a transmitiram ao ministro da tutela por falta de oportunidade, ao que parece. Mas a mensagem subliminar de Luís Cirilo é muito clara: já que esqueceram promessas bem mais importantes que diferença faz mais uma.

Tem toda a razão este "provedor junto do Governo". Se o seu partido tem feito tábua-rasa de todas as promessas eleitorais, porque insistir nesta? Se o Orçamento de Estado que acaba de ser aprovado na Assembleia da República com os votos da maioria despreza os compromissos do choque fiscal e da baixa dos impostos, restringe os aumentos das pensões mínimas ao mesmo tempo que desmantela o regime de aposentações da função pública e prepara caminho para o não cumprimento das obrigações do Estado para com a Segurança Social, então esta promessa de acabar com os governos civis é apenas uma mera bagatela. No meio deste mar de incumprimentos ninguém se preocupará com uma minudência. Porém, a questão não é o pormenor. É o princípio.

Aqui chegados, a verificação é a de que, quebrada a espinha da ética, qualquer princípio deixou de fazer sentido.

Mas, a aprovação do Orçamento de Estado revela que os portugueses voltaram novamente a ser apenas números e que se regrediu a 1995. Há nas contas do Estado para 2003 uma total ausência de sensibilidade social, de preocupação para com as pessoas e os seus problemas do dia-a-dia. Se em

Assistindo a tudo, do alto da galeria do hemicíclo, estava Manuel Monteiro com os seus alunos. Para que não restassem dúvidas, no mais cínico dos registos, em jeito de vingança que se serve fria, vaticinou o fim da coligação e quiçá do partido de que foi presidente.

SILVINO GOMES DA SILVA



Silvino Gomes da Silva

nome do sacrossanto défice é preciso que se deixem de realizar um conjunto de funções sociais, avance-se então que nem cego contra a parede dos alunos nas manifestações, dos trabalhadores em greve e até contra os militares defraudados por um ministro politicamente fragilizado.

Uma dúvida resta esclarecer. Por que não apresentou Paulo Portas o orçamento para a Defesa Nacional? A resposta é que não teve tempo pois o telemóvel não parou, ora do seu advogado no caso Moderna, ora do seu gabinete do Restelo, num frenesim que excedeu as melhores expectativas, segundo narra quem viu.

Assistindo a tudo, do alto da galeria do hemicíclo, estava Manuel Monteiro com os seus alunos. Para que não restassem dúvidas, no mais cínico dos registos, em jeito de vingança que se serve fria, vaticinou o fim da coligação e quiçá do partido de que foi presidente.



PROPOSTAS SOCIALISTAS PARA O ORÇAMENTO DE ESTADO

Ferro Rodrigues salientou, no encerramento do debate das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 2003, algumas propostas concretas que os socialistas irão apresentar e fundamentar em sede de debate na especialidade.

- **Receita ou redução de despesa**
 - Levantamento do sigilo bancário para obtenção de benefícios e auxílios de Estado
 - Controlo de e para transferências *off-shore*
 - Reestruturação na administração
 - Aumento da tributação sobre operações das SGPS
 - Aumento do imposto sobre o tabaco
 - Redução da despesa corrente do Serviço Nacional de Saúde resultante das transferências previstas noutras rubricas deste sector

- **Despesa ou distribuição da fiscalidade**
 - Nas Autarquias, excepcionar do limite de endividamento os investimentos em habitação social e a participação municipal nos projectos co-financiados pela União Europeia
 - Na Região Autónoma dos Açores, excepcionar do limite de endividamento o montante de participação regional na reconstrução do Pico e Faial

Justiça e eficácia fiscal

- No IRS, actualizar a 2,5 por cento os três primeiros escalões e em 2,5 por cento a isenção para ganhos com pensões

- No IRC, melhorar o regime especial de pagamentos por conta, mantendo o valor mínimo a cobrar em 500 euros; baixando o máximo para 100 mil euros
- Majoração em 20 por cento dos investimentos em Investigação & Desenvolvimento e qualificação ambiental e dos recursos humanos.

Segurança Social

- Assegurar que cada casal de idosos tem de pensão pelo menos um salário mínimo
- Garantir o cumprimento integral da capitalização mínima das contribuições
- Eliminar propostas sobre alteração das regras de formação da pensão dos funcionários públicos

Investimento público

- Eliminar o decréscimo da dotação inicial PIDDAC nos ministérios da Educação, Cultura, Ciência, Segurança Social e Trabalho para equipamentos de apoio às famílias
- Eliminar cativação nestes ministérios e no Ministério das Obras Públicas
- Limitar a 8 por cento a cativação dos outros ministérios e a 15 por cento na Lei de Programação Militar.

OE 2003

GOVERNO PROVOCA ESTRANGULAMENTO DO PODER LOCAL E FALÊNCIA DO DESPORTO

O Governo está a causar o “estrangulamento” do poder local e a provocar a “falência do desporto”. É esta a conclusão do Grupo Parlamentar do PS depois de analisar a proposta de Orçamento de Estado para 2003 nas áreas das autarquias e do desporto, onde são feitos cortes cegos e brutais.

O Grupo Parlamentar do PS, através dos seus deputados José Augusto Carvalho, Joel Hasse Ferreira e Eduardo Cabrita, considerou que a proposta de Orçamento de Estado para o poder local “é um logro quanto ao programa de descentralização e um estrangulamento cego e brutal do investimento municipal”, sublinhando que o documento é a “negação da confiança nas autarquias locais e o não reconhecimento dos municípios como agentes de desenvolvimento económico e social”.

Em relação ao programa de descentralização, os deputados socialistas sublinham que “não há um euro para assegurar a sua concretização”, enquanto no que diz respeito ao investimento das autarquias, afirmam que “há um estrangulamento particularmente grave e inaceitável pelas consequências sociais e económicas”, nomeadamente “o bloqueamento da construção de milhares de fogos de habitação social para arrendamento”, que consideram ser das “maiores manifestações de insensibilidade social, só comparável à outra decisão de extinguir o crédito bonificado”.

“Quantos casais jovens e famílias carenciadas não vão ficar privados de habitação condigna e por quanto tempo?”, perguntam.

Na conferência de Imprensa, em que foram denunciados os propósitos do Governo de estrangulamento do poder local, José Augusto Carvalho alertou ainda que “a brutal restrição ao crédito” pode estar a “comprometer a execução do II QCA”.

“Pode estar em causa o interesse público e, em especial o interesse nacional”, disse o deputado socialista, acusando o Governo de se colocar “nos antipodas de quantos reconhecem o papel do poder local”. Por isso, adiantou, “na proposta de OE reduz em 64 por cento a verba de apoio à melhoria de instalações e à modernização



administrativa dos serviços autárquicos, impedindo assim melhores serviços prestados aos cidadãos”.

O deputado socialista sublinhou ainda que o PSD, tal como no passado, “novamente está no Governo para voltar a violar a Lei das Finanças Locais, agora com a fixação do nível zero de endividamento para 2003”.

E, para reforçar estas críticas, apontou o facto de ter retirado aos municípios uma parte das verbas que lhe estão destinadas por lei para financiar uma direcção-geral, dependente do poder central.

Propostas inaceitáveis

Se o Governo está a provocar o estrangulamento do poder local, no desporto é a falência que espreita. O Grupo Parlamentar do PS, através do seu deputado Laurentino Dias, acusa o Governo de estar a provocar “a falência do desporto”,

considerando “inaceitáveis” as propostas para este sector contidas no Orçamento para 2003.

E acrescenta que em seis meses de exercício o Executivo “não tomou nenhuma medida” relativa ao desporto.

“A proposta de Orçamento para 2003 revela o verdadeiro destino que o Governo reserva: a falência do desporto”, refere o deputado socialista.

Segundo Laurentino Dias, “uma análise breve e comparada entre a proposta do PIDDAC do OE 2002 e a proposta do OE 2003 é suficientemente clara para que tal se perceba”. Assim, adianta, o Programa de Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas, o Programa de Infra-Estruturas do CEFD, a Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas (PRIID), o Apoio à Instalação dos Organismo Desportivos e o Apoio à Alta Competição sofrem brutais reduções de verbas que vão

dos 32,2 aos 71,5 por cento.

Referindo que os únicos programas que são aumentados na área do desporto são o Programa Euro 2004/Estádios e o Programa PRODEP, o deputado socialista salienta ainda que no OE desapareceram também rubricas como a de Incentivos ao Desporto de Alta Competição e Clubes e Colectividades.

Da “leitura sumária” à proposta de Orçamento, decorre, segundo o deputado do PS, que o Governo decidiu, em sede de OE 2003, “transformar o Euro 2004 de projecto nacional com esforço nacional em projecto do desporto com esforço e à custa do movimento desportivo”.

“O Euro 2004 - que defendemos - sempre foi assumido como um desígnio nacional e nessa medida jamais será de admitir que esta realização signifique o estrangulamento financeiro do movimento e do associativismo desportivo”, sublinha.

J. C. CASTELO BRANCO

O Orçamento de Estado para 2003 (OE 2003) não contribui de forma mínima para promover o desenvolvimento económico indispensável à consolidação das contas públicas, acentua a desigualdade na distribuição dos sacrifícios pedidos aos portugueses e não procede a uma equilibrada opção da distribuição da despesa.



Foi essencialmente por estas três razões que, segundo Ferro Rodrigues, o Partido Socialista votou contra a proposta de OE para o próximo ano apresentada pelo Governo e que foi aprovada, na generalidade, na sessão plenária da Assembleia da República de hoje.

Apesar das incontáveis manifestações de "arrogância política" que a maioria de direita tem evidenciado nesta matéria, o líder do PS garantiu: "Não deixaremos de apresentar as nossas propostas para o debate na especialidade" porque "queremos que o País tenha um melhor Orçamento".

O secretário-geral, na sua intervenção final sobre o OE 2003, fez questão de salientar que os socialistas só responderão a apelos ao consenso "quando eles forem sérios, feitos no seu tempo, e não meras manobras propagandísticas".

Afirmando com toda clareza que o PS, ao contrário do que foi prática do PSD durante anos, não fará do debate na especialidade um exercício de demagógica apresentação de sugestões para aumento das despesas, o secretário-geral garantiu que os socialistas farão "um número limitado e seleccionado de propostas, que visarão dar um contributo responsável e sério para a criação de melhores condições para Portugal evitar uma recessão económica de profundidade e duração imprevisíveis".

Neste sentido, Ferro disse que o PS é a favor de uma "consolidação orçamental séria e duradoura", mas não a considerou possível se se optar por colocar a economia contra o equilíbrio orçamental".

"Não acredito ser possível caminhar para o equilíbrio das contas públicas num cenário cada vez mais recessivo onde se acredita, com uma fé irracional, num contributo mítico do crescimento das exportações, deixando de lado um esforço sério para a retoma da confiança interna", observou o líder socialista, acrescentando que essa confiança "está a afundar-se".

Alertando Durão Barroso para a urgência de enviar sinais de credibilidade e confiança aos agentes económicos, o secretário-geral apontou, contudo, para a dificuldade dessa tarefa, "porque, de forma irresponsável, o actual Governo se entreteve, nos primeiros meses de governação, a baixar desnecessariamente as expectativas e a lançar a incerteza".

E se o clima de insegurança não abona em favor da consolidação orçamental, uma recessão económica torná-la-ia impossível de alcançar. Mas, para Ferro Rodrigues, "a recessão não é inevitável", pelo que "devemos limitá-la utilizando todas as políticas ao nosso dispor, bem como o Orçamento de Estado, com o cuidado de não descurar o défice público".

O líder socialista defendeu o investimento público, destacando a forte contracção que o OE para 2003 prevê neste sector. É que, no entender do secretário-geral, o País não pode

aceitar cortes dramáticos em áreas fundamentais para o futuro, como a educação, ciência, obras públicas e equipamentos de apoio às famílias. Os socialistas desafiaram, por isso, o Governo a corrigir esta "falta de selectividade", bem como a assumir com actos, e não apenas com palavras, o combate à fraude e evasão fiscais.

Falando sobre produtividade", Ferro Rodrigues lembrou Durão Barroso que um aumento desta não se alcança por decreto e que os aumentos à custa do emprego não servem o País, pois tal meta só é visível investindo.

Ferro não deixou de reconhecer no seu discurso à Assembleia da República, que o País precisa de fazer sacrifícios, mas avisou que eles só serão compreendidos pelos portugueses se forem socialmente justos e economicamente sustentáveis.

"Não queiramos cobrar cegamente, não olhando a quê e a quem, comprometendo o futuro das receitas fiscais na ânsia simples de antecipar pagamentos", advertiu, acrescentando que o Governo, no cumprimento da lei, deverá retirar da proposta orçamental a alteração às condições de aposentação da Função Pública.

Quanto à promessa de uma convergência das pensões mínimas com o salário mínimo, Ferro denunciou que a política que o Executivo prepara para este sector, em 2003, "se arrisca a ser a mais restritiva dos últimos anos", e assinalou

SOCIALISTAS CHUMBAM ORÇAMENTO DE ESTADO

um regressão ao passado no não cumprimento das obrigações do Estado para com a Segurança Social.

Ao terminar a sua intervenção, o líder do PS garantiu que os socialistas farão as suas propostas e esperará para ver se terá "mais sinais que apelos".

"Se o Governo e a maioria quiserem realmente trabalhar com a oposição, Portugal sabe que poderá contar connosco", concluiu.

Orçamento contra os portugueses

Sectorialmente, diversos deputados da bancada socialista tiveram oportunidade de demonstrar ao longo dos três dias de debate parlamentar na generalidade, que o Orçamento de Estado da maioria não serve Portugal.

Elisa Ferreira, num discurso de fundo, reconheceu a necessidade de controlar o défice e o despesismo, mas recusou que tal desígnio servisse "como bode expiatório para disfarçar a total ausência de rumo, a inépcia e a injustiça das políticas adoptadas".

A deputada do PS criticou, ainda na sua intervenção, o facto de o Governo pretender avançar para privatizações em áreas como a energia e as águas, sem ter uma "política nacional" para esses sectores.

Por seu turno, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, António Costa, criticou fortemente o autismo do Governo que, depois de se ter dado ao luxo de dispensar as opiniões da oposição e as propostas por ela apresentadas, vem apelar a um pacto de regime. Costa defendeu o investimento e salientou o erro que constituem duas medidas a executar pelo Governo, como são o corte nas despesas públicas e no investimento e a baixa dos juros sobre os capitais de poupança.

Na abertura do segundo dia de debate do OE 2003, o ex-ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho afirmou que o Executivo de Durão Barroso está a ignorar "a assunção pelo Estado das suas responsabilidades em assegurar condições de igualdade à partida entre os portugueses".

"Essa responsabilidade (do Estado) vemos hoje cada vez mais anestesiada no Governo por uma ideologia mercantilista, cujos resultados, infelizmente, bem se conhecem", observou. Depois de Joel Hasse Ferreira desmascarar alguns truques de ilusionismo orçamental e reiterar que os socialistas querem para Portugal "desenvolvimento com políticas sociais", foi a vez de João Cravinho acusar a ministra do Estado e das Finanças de "fazer fogo de vista com os pagamentos por conta", num orçamento que soma "zero" ao combate à fraude e evasão fiscais e numa proposta "sem rigor" ou "perspectiva intertemporal".

Em jeito de balanço dos sete meses de governação da direita coligada, Jorge Coelho fez a soma das expectativas criadas e defraudadas, falou em crise institucional e económica, em défice de confiança e mesmo em incumprimento da Lei das Finanças Locais, para, em mensagem dirigida a Durão Barroso, destacar: "O que lhe é pedido não é muito, senhor primeiro-ministro. Basta-lhe apenas cumprir as promessas eleitorais que fez aos portugueses".

Para Paulo Pedroso, o OE 2003 traz más notícias: "Aprofunda as desigualdades em matéria fiscal, não promove o combate à pobreza nem à exclusão".

Após enumerar uma longa lista de medidas que passam por retirar apoios às famílias, direitos aos trabalhadores e confiança aos investidores, o porta-voz do PS aconselhou o primeiro-ministro a reconduzir o Orçamento de Estado à legalidade, acrescentando ainda que ele "não acautela o futuro e não ajuda quem mais necessita no presente".

MARY RODRIGUES

A ARROGÂNCIA DA AUTO-SUFICIÊNCIA

Ferro Rodrigues lamentou que Durão Barroso não tivesse antecedido a representação de Portugal na discussão sobre o alargamento e o futuro da Política Agrícola Comum (PAC), no próximo Conselho Europeu de Bruxelas, com uma consulta aos partidos da oposição ou aos parceiros sociais.

"Está no seu direito, senhor primeiro-ministro, mas com este acto rompe uma tradição já sólida no País", afirmou o líder socialista, na abertura da sua intervenção final no debate parlamentar sobre o Orçamento de Estado para 2003.

Para Ferro, tal comportamento "empobrece a participação nacional na vida da União Europeia".

"Com este acto todos perdemos. É lamentável", concluiu o secretário-geral do PS. Recorde-se que o primeiro-ministro parte hoje para uma importante reunião do Conselho Europeu. Durão Barroso vai acompanhado pelas suas solitárias convicções, sem ter antes ouvido opiniões ou pareceres de outros quadrantes políticos sobre uma matéria delicada e de carácter vital para os destinos do nosso país.

Esta atitude obtusa confirma a veracidade da afirmação da ministra do Estado, Manuel Ferreira Leite, que, durante o debate na generalidade OE-2003, no Parlamento, reconheceu sem pudor não gostar da palavra "diálogo".

Perante tal atitude que, ao que parece, faz escola no seio da coligação de direita que nos governa, o secretário-geral do PS não deixou de manifestar o seu categórico protesto. M.R.

CONGRESSO DO PS/MADEIRA

FERRO DENUNCIA DISCRIMINAÇÃO DOS AÇORES

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, denunciou a “intolerável atitude discriminatória” dos Açores relativa à Madeira por parte do actual Governo da República, na intervenção que efectuou na sessão de encerramento do XI Congresso do PS/Madeira, que aplaudiu o novo presidente, o camarada Jacinto Serrão.

Num discurso centrado na realidade política local, o novo líder do PS/Madeira acusou o Governo Regional de ter instalado um sistema “tentacular” e “corrupto” na região, através de práticas que “subvertem os princípios da autonomia”.

Afirmando não admitir que, “por razões político-partidárias”, haja qualquer discriminação entre as duas regiões autónomas portuguesas, Ferro Rodrigues sublinhou que “os custos da aliança entre Durão Barroso, Paulo Portas e Alberto João Jardim não podem ser pagos por todo o País, muito menos pela Região Autónoma dos Açores”,

Ao longo do discurso, para além das críticas ao exercício da democracia na Madeira, o líder do PS colocou o acento tónico nas “fragilidades” e na “falta de credibilidade” do Executivo de Durão Barroso, reiterando a necessidade de substituições no actual elenco governativo, nomeadamente a demissão do

ministro da Defesa, Paulo Portas.

“Não compreendo como o primeiro-ministro mantém alguém que manifestamente não tem condições para continuar no Governo”, disse. A estabilidade do Governo, frisou, fica “cada vez mais frágil” a partir do momento que “não depende de uma aliança ao nível da Assembleia da República, mas da presença desta ou daquela figura”.

Como primeiro-ministro, acrescentou, “não aceitaria continuar com um ministro no Governo que não tivesse a confiança absoluta” do Presidente da República, como chefe supremo das Forças Armadas em Portugal. Em causa, concluiu, “não está o chefe-general das Forças Armadas, mas a própria

credibilidade do Governo”, sem a qual “não poderá merecer a confiança dos portugueses”. Por sua vez, Jacinto Serrão, o líder eleito, que dedicou a maior parte da sua intervenção à realidade política local, apontou baterias ao Governo Regional, denunciando o sistema “tentacular” e “corrupto” instalado na região. O caso dos “amigos do Governo Regional que detêm o monopólio do porto do Funchal”, o porto “mais caro da Europa”, foi um dos exemplos referidos por Jacinto Serrão.

O novo líder dos socialistas madeirenses falou, ainda, da “má qualidade da democracia”, das práticas que “subvertem os princípios da autonomia”, das tentativas de “controlo da informação” por parte do poder regional, do “negócio partidário” de autonomização da RTP e da RDP, e do “compadrio, chantagem, malcriação e desrespeito” pela Assembleia Legislativa Regional.

Fernando Menezes, presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, também presente no Congresso, manifestou-se contra a discriminação entre os Açores e a Madeira, por parte do Governo de Durão Barroso, que acusou de “altamente centralista”.

Menezes exemplificou com o pacote de 38 medidas recentemente anunciado pelo

primeiro-ministro no Funchal, sublinhando que, apesar de parte dessas medidas ter mais efeito mediático do que qualquer relevância política e outra parte concretizar propostas desencadeadas pelo anterior Governo socialista, aquela decisão evidencia uma “estreita visão de Estado”.

Progresso, justiça social e democracia para a região

“É uma atitude voluntária e deliberada de diferente tratamento entre duas regiões de Portugal”, o que “nunca aconteceu com os governos do PS”, salientou o dirigente socialista açoriano.

No Congresso do PS/Madeira, em que foi patente o clima de unidade, os delegados aprovaram a moção apresentada pelo camarada Jacinto Serrão, e elegeram os novos dirigentes integrados numa lista única subscreta pelas duas candidaturas concorrentes.

Jacinto Serrão, o novo líder do PS/Madeira, pela primeira vez eleito directamente pelas bases antes do Congresso, é agora o rosto do projecto socialista de progresso, justiça social e democracia para a região.

SINTRA

SOCIALISTAS APROVARAM MOÇÃO DE CENSURA AO OE

Ferro Rodrigues deixou uma palavra de esperança e confiança no futuro na Convenção Autárquica do PS/Sintra. Edite Estrela, na sua intervenção de abertura, recordou os fundamentos do poder local e o papel do PS no reforço da sua autonomia, tecendo duras críticas às políticas da actual maioria no Governo. Também José Augusto Carvalho, Rosa do Egípto e Vitalino Canas falaram aos autarcas de Sintra reunidos no Centro Cultural Olga de Cadaval para debater as atribuições e competências das autarquias locais, aprovando no final uma moção de censura ao Orçamento de Estado para 2003.

“Não é por se ter perdido as eleições que se deve pôr em causa o trabalho realizado”, afirmou Ferro Rodrigues na intervenção que fez na Convenção Autárquica de Sintra, perante a presença de duas centenas de socialistas reunidos durante todo o dia de sábado para debater as atribuições e competências dos municípios e das freguesias.

Antes de dirigir uma palavra de confiança a Edite Estrela, pelo trabalho realizado em Sintra nos dois mandatos em que liderou o Executivo camarário, o secretário-geral do PS falou da situação político-económica do País e das medidas negativas do actual Governo, ao mesmo tempo que reforçou a sua convicção de que é necessário um poder local forte, como pilar fundamental da democracia.

Na abertura dos trabalhos, Edite Estrela referiu-se

à Carta Europeia de Autonomia Local e das políticas de reforço dos poderes dos municípios e das freguesias, praticadas pelo PS, a par de duras críticas aos governos do PSD e, em particular, ao da actual maioria que, com o Orçamento de Estado para 2003, se prepara para “reduzir a capacidade de endividamento dos municípios e impedir que estes aproveitem os fundos comunitários e cumpram as suas obrigações, nomeadamente em relação ao Plano Especial de Realojamento”, reduzindo ainda as despesas de investimento em 1,3%.

Edite Estrela lembrou ainda que foi nos governos do PS que também as freguesias “viram reforçadas as suas atribuições, dignificado o exercício das suas competências, acrescidas as suas transferências financeiras, aumentada a sua autonomia em relação aos municípios e aplicado



um novo regime de funções para o exercício de mandato”.

Criticando a assinatura de protocolos entre o Governo e a ANMP, “porque a maioria das matérias protocoladas deveriam ser clarificadas através de legislação adequada”, José Augusto Carvalho dirigiu-se então aos autarcas de freguesia presentes no auditório para afirmar que também lhe parece inadequada a figura do “protocolo” para a delegação de competências dos municípios e concluiu a sua intervenção com uma referência crítica ao “pacote descentralização”, anunciado pelo Governo, e ao Orçamento de Estado para 2003 que, no seu entender é um “logro” e uma “ilusão”.

Já no período da tarde, Rosa do Egípto, ex-presidente da Anafre, lembrou o “esquecimento” e o “ostracismo” a que os governos do PSD votaram as freguesias, recordando que só decorridos dez anos sobre a sua constituição, e com um governo socialista, a Anafre foi

reconhecida como parceiro social.

Por sua vez, Vitalino Canas, a quem coube encerrar a Convenção, começou por salientar a aprovação, pela Assembleia Municipal, do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, que dá corpo ao Programa Polis para a cidade, recordando que se trata de um projecto de Edite Estrela, José Sócrates e Sebastião Antunes, presidente da Junta de Freguesia local.

Voltando-se depois para a política nacional, Vitalino Canas referiu as dificuldades do período que se está a viver no País, criticando as opções do Governo, mas deixou uma palavra de esperança no regresso dos socialistas ao poder.

A Convenção Autárquica teve lugar alguns dias após os socialistas de Sintra terem debatido o futuro do PS como líder da esquerda, numa viva discussão em torno do projecto de Declaração de Princípios subscrito pelo secretário-geral Ferro Rodrigues, que contou com a presença de Augusto Santos Silva e Alberto Martins.

“FAZER BEM PELO FUTURO”

SECRETÁRIO-GERAL APRESENTA MOÇÃO AOS MILITANTES

No âmbito da apresentação da sua moção ao Congresso, Ferro Rodrigues tem vindo a reunir com os militantes em vários pontos do País, onde tem deixado uma mensagem de confiança no futuro do PS, que quer renovado. Mas as suas intervenções têm sido pautadas por fortes críticas ao Governo e pela reafirmação de que será candidato a primeiro-ministro com um programa de Governo, a lançar após o Congresso de Novembro.

Perante os militantes da FAUL, na quinta-feira, afirmou estar convencido de que Portugal violará o Pacto de Estabilidade e Crescimento, fechando 2002 com um défice superior a três por cento.

Para o líder do PS, a responsabilidade pela ausência de controlo do défice residiu na decisão do Governo em aumentar a taxa máxima do IVA, o que originou “uma retracção do consumo” e um abrandamento geral da economia.

Em Castelo Branco, Ferro Rodrigues reafirmou que será candidato a primeiro-ministro em 2004, se o partido assim o entender, adiantando que o programa do Governo será lançado logo a seguir ao Congresso de Novembro.

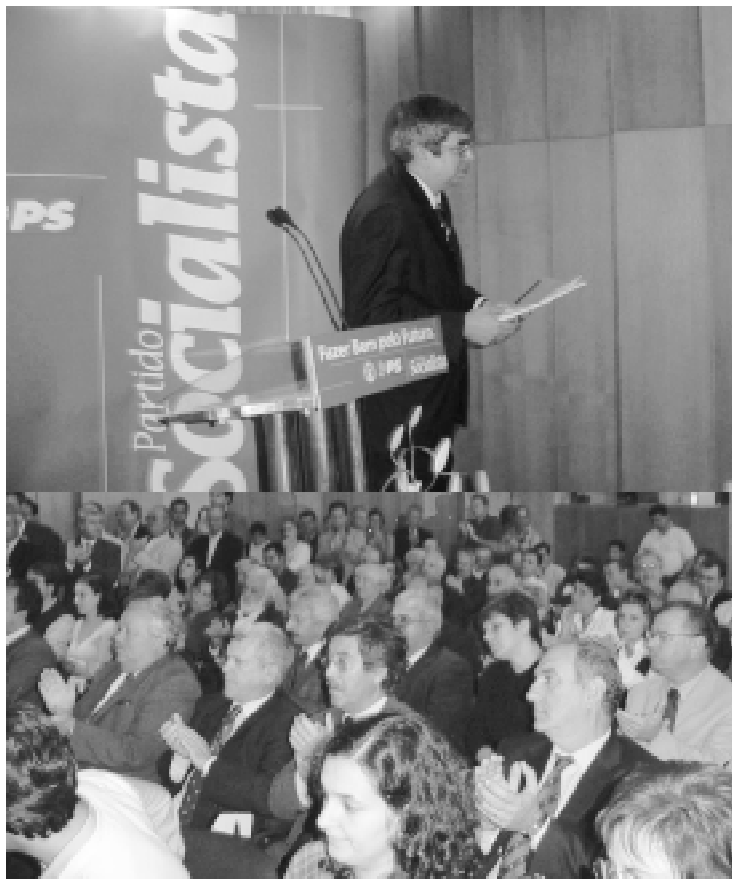
Numa intervenção muito aplaudida pelos militantes albacastrenses, Ferro Rodrigues disse que “os portugueses não se deixarão enganar se o PSD e o CDS/PP concorrerem novamente coligados, pois não tememos isso e concorreremos orgulhosamente sós”.

“Para não sermos surpreendidos, como sucedeu no passado, começaremos a lançar o programa do Governo logo a seguir ao Congresso, e que naturalmente terá de ser actualizado com o apoio do Congresso e se este me apoiar também”, sublinhou.

“Serei candidato a primeiro-ministro em 2006, se o partido assim o entender. E teremos de apreender com as derrotas que tivemos mas com as muitas vitórias que também conquistámos, e tendo em conta que muitas coisas não correram bem”, acrescentou.

Segundo sublinhou Ferro Rodrigues, “em sete meses, que mais pareciam sete anos, ficou claro que era muito diferente o Governo do PS do Governo do PSD/PP, e também durante este período nos quiseram esmagar na Assembleia da República”.

“Venho dizer que temos pela frente a necessidade de preparar várias eleições muito importantes nos próximos dois anos, as



CRISE NAS FORÇAS ARMADAS

PS CRITICA ACTUAÇÃO DO GOVERNO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, considerou que a exoneração do general Alvarenga Sousa Santos da chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) “poderia ter sido evitada se tivesse havido dignidade”.

Para os socialistas, a situação entrou em perfeito descontrolo porque não tendo o primeiro-ministro feito em tempo oportuno o que devia, houve necessidade do Presidente da República fazer o que podia dentro das suas competências.

Em declarações aos jornalistas em Évora, Ferro Rodrigues elogiou ainda o papel desempenhado pelo general Alvarenga Sousa Santos, enquanto chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, na coordenação das operações de paz que envolveram soldados portugueses.

“Queria relembrar o papel importante que teve o anterior CEMGFA, Alvarenga Sousa Santos, na coordenação das operações de paz em que estão envolvidos centenas de soldados portugueses espalhados pelo mundo”, disse.

Aliás, de Belém chegam-nos notícias de incómodo e mal-estar devido a esta situação nas Forças Armadas. Jorge Sampaio não gostou de ter sido informado primeiro pela Comunicação Social do interesse do Governo em demitir o general Alvarenga Sousa Santos.

Fontes da Presidência revelam que a questão teria sido resolvida previamente se Paulo Portas tivesse pedido a demissão logo que o seu nome voltou à ribalta no caso da Moderna. É que assim o Governo não teria perdido a sua capacidade militar.

européias e as regionais nos Açores e na Madeira, e que o PS tem que aproveitar este Congresso para fazer uma transformação interna de modernização e rejuvenescimento e abertura que é absolutamente indispensável, e para a qual temos uma grande oportunidade”, disse.

Por outro lado, o líder do PS referiu-se também à crise que levou à exoneração do general Alvarenga Sousa Santos, salientando que o ministro da Defesa não fez o que devia, e já devia ter-se demitido há muitos dias.

Na terça-feira, Ferro Rodrigues rumou até Évora, onde, perante os militantes que enchiam por completo o Teatro Garcia de Resende, defendeu que o primeiro-ministro já deveria ter procedido a uma remodelação do Governo.

“Do ponto de vista político, escusado será dizer que o Governo já deveria ter sido remodelado”, disse, acrescentando que o primeiro-ministro está “demasiado dependente de Paulo Portas e Alberto João Jardim”.

Ferro Rodrigues afirmou que a coligação PSD/PP vai ter de lidar com a impossibilidade de cumprir as promessas avançadas na campanha eleitoral sobre pensões de reforma.

“Sei que é difícil aumentar muito as pensões. Mas a partir do momento em que prometeram o impossível, como a inexistência de pensões abaixo do salário mínimo dentro de seis anos, vão ter de lidar com promessas não cumpridas”, disse.

Relativamente ao pacto orçamental proposto por Durão Barroso, o secretário-geral do PS explicou que a bancada socialista não será associada a “políticas incorrectas”.

“O senhor primeiro-ministro não teve, durante todo o período de preparação do orçamento, o cuidado de fazer qualquer contacto com o PS para saber as nossas opiniões em matéria orçamental”, recordou Ferro Rodrigues.

Ainda sobre o mesmo tema, o líder socialista fez questão de referir que a proposta de pacto fiscal, de combate à fraude e à evasão, “foi chumbado pela maioria de direita”.

“Fiquei um pouco surpreendido pela postura do primeiro-ministro visto que depois de um orçamento apresentado que é difícil de melhorar, dado que não assegura nem o crescimento económico nem distribui bem os sacrifícios, fala agora na necessidade de um pacto”, acrescentou.

Na discussão na especialidade, Ferro Rodrigues adiantou que o PS tenciona apresentar “um conjunto de medidas” que não contribuirão para o aumento do défice, tendo em conta que, entre outras coisas, entende necessárias algumas “medidas de investimento para melhorar a economia”.

As deslocações do secretário-geral vão continuar esta semana, no dia 24, em Faro, e no dia 25, no Porto.

FAMÍLIA E ESCOLA

DEPUTADOS SOCIALISTAS DEFENDEM ESTUDO ACOMPANHADO

Os deputados socialistas estão preocupados com o "retrocesso político" a que se assiste nas áreas da educação, ciência e cultura e que "está patente no Orçamento de Estado (OE) para 2003 apresentado pelo Executivo PSD/CDS-PP".

Ana Benavente, depois de fazer uma breve evolução cronológica sobre a consagração da participação dos pais e encarregados da educação na vida escolar, que se deu após o 25 de Abril, frisou o carácter essencial e solidário destes para a democracia.

"Ninguém duvida da importância do envolvimento dos pais para o sucesso escolar dos filhos. Ninguém contesta que a escola, cada escola, tem que estar ligada, enquanto investimento e recurso, à comunidade. Ninguém desconhece que o direito de participação dos parceiros educativos na escola é um direito de cidadania, disse Benavente, durante a intervenção que fez no debate parlamentar sobre "Família e Escola", que decorreu na Assembleia da República, na passada sexta-feira.

Chamando a atenção para "as famílias mais afastadas da escola" e que carecem de "estratégias adequadas para o sucesso, sem esquecer "os pais imigrantes ansiosos pela integração dos seus filhos, mas sem recursos para tal", Ana Benavente fez questão de referir a diversidade da realidade social familiar, apelando para que o debate se centra-se no universo de "todas as famílias", porque "são todas e não apenas algumas as que estão representadas no Parlamento".

Numa abordagem sobre as relações entre escola e famílias a coordenadora pelo PS da comissão parlamentar de Educação sublinhou dois aspectos. O primeiro prendeu-se com "as práticas tradicionais da escola que reforçava as relações pela negativa",



chamando os pais só quando havia problemas, e muito raramente para lhes comunicar algo de positivo ou agradável ou para trabalhar em conjunto.

"Ao contrário do que acontece noutros países, em Portugal, o tema das relações entre escola e família não tem grande importância na formação inicial e contínua de professores", alertou Benavente, explicando que "é muitas vezes o maior ou menor à-vontade de uns e de outros que marca a vida do dia a dia neste campo"

O segundo aspecto focado pela ex-secretária de Estado da Educação à importância do o enquadramento familiar para a aprendizagem das crianças e dos jovens.

"Os resultados escolares não podem estar directamente dependentes do apoio familiar à escola ou de uma outra prática socialmente

muito desigual como as explicações" defendeu, acrescentando que por isso, "uma área como a do estudo acompanhado, consagrada no decreto-lei 6/2001 e actualmente generalizada a todo o ensino básico, área que assegura o enquadramento de todos os alunos e desenvolve a sua responsabilidade e competências de estudo, faz mais pela efectiva igualdade de oportunidades que muitos discursos cheios de boas intenções".

Concluindo que "as políticas podem e devem assegurar uma educação de qualidade", Ana Benavente reafirmou o "empenhamento sério dos socialistas numa escola mais participada" e "numa responsabilidade partilhada por mais e melhor educação para todos".

MARY RODRIGUES

ENSINO SUPERIOR

NOVA LEI DE BASES NÃO É CONSENSUAL

O Governo não reúne actualmente as condições necessárias para avançar com a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O alerta foi deixado pelo deputado socialista Augusto Santos Silva que, no passado fim-de-semana, no Porto, participou num debate subordinado ao tema "Ensino Superior: Problemas e Perspectivas", em que também participou o dirigente da JS portuense Gustavo Carranca.

O antigo ministro da Educação lembrou que a legislação em causa só teve o voto contra do CDS, na Assembleia da República, em 1986.

Hoje, disse, "não vejo o Governo com rns suficientes para promover um consenso" tão amplo.

O coordenador parlamentar da área da Ciência e Ensino Superior referiu que, caso o processo avance, o PS já tem posições definidas

para "três aspectos essenciais".

Os socialista são favoráveis ao sistema binário da Universidade e Ensino Politécnico; defendem a revisão do grau, que tenderá para um grau único ("não deve haver bacharelato e licenciatura") e consideram que a nova lei de bases deve libertar o Ensino Politécnico de restrições que hoje tem, nomeadamente nas pós-graduações.

Augusto Santos Silva denunciou que o Governo, nas "distribuições das contenções e cortes" do Orçamento para 2003, escolheu a cultura e o ensino superior como principais alvos.

"As verbas destinadas ao superior "são inferiores às necessidades mínimas das instituições", disse o deputado, acrescentando que o PS "não reivindica um crescimento real, apenas que não haja um decréscimo do financiamento".

GALAMBA QUESTIONA NOMEAÇÕES

O deputado socialista António Galamba entregou um conjunto de requerimentos na Mesa da Assembleia da República dirigidos ao Governo.

António Galamba faz referência a uma notícia publicada no semanário "O Independente", segundo a qual o "ministro dos Assuntos Parlamentares impôs dentro do Governo a nomeação de Azeredo Soares para o Grupo Águas de Portugal

António Galamba quer saber se houve alguma alteração da lei orgânica do Governo atribuindo ao ministro dos Assuntos Parlamentares a tutela do IPE-Investimentos e Participações Empresariais, SA, e do Grupo Águas de Portugal. O deputado pede ainda esclarecimentos ao



Executivo sobre a intervenção de Marques Mendes na nomeação da nova administração do grupo Águas de Portugal e ainda quando e porque entidade foi efectuado o convite ao administrador Azevedo Soares.

Num outro requerimento, o mesmo deputado pede esclarecimentos ao Executivo sobre os custos do cancelamento da reunião dos serviços de informação da Europa, no Porto.

O parlamentar do PS quer saber se o ministro da Administração Interna está em condições de desmentir que esteve prevista a realização da reunião em causa e ainda quanto custou aos contribuintes o seu cancelamento.

António Galamba entregou outro requerimento dirigido ao ministro da Administração Interna

sobre a lista de imóveis do Estado disponíveis para venda em hasta pública, elaborada pelo Ministério das Finanças.

Para o deputado socialista está em causa saber se se mantém a venda em hasta pública da Quinta da Bela Vista e do Forte do Carrascal, ao contrário do que foi anunciado pelo ministro da tutela na Assembleia da República.

A manchete do semanário "Expresso", o "Défice cai numa noite", motivou novo requerimento de António Galamba.

Perante esta informação o deputado socialista requer ao primeiro-ministro esclarecimentos sobre a veracidade desta notícia e ainda se é prática corrente que deliberações do Conselho de Ministros sofram alterações "a posteriori".

ANTÓNIO COSTA

MINISTRA DA JUSTIÇA DEVE DEMITIR-SE

Pela segunda vez em seis meses de Governo PSD/CDS, o Partido Socialista, secundado pela oposição em bloco, pede a demissão de um ministro. E pela segunda vez acontece com um governante "popular". Antes tinha sido Paulo Portas, agora é Celeste Cardona.

O PS sugeriu a demissão da ministra da Justiça e do seu secretário de Estado, Mota Campos, pelas contradições "e mentiras" em que incorreram em declarações a propósito da utilização das verbas do Fundo de Garantia da Justiça.

Após cerca de duas horas de debate, o ex-ministro da Justiça António Costa reiterou a acusação segundo a qual Celeste Cardona mentiu quando o acusou (em sede de comissão parlamentar) de ter gasto 40 milhões de contos do referido fundo em despesas correntes.

"Não é possível que, depois de uma série de mentiras, a ministra da Justiça e o secretário de Estado se mantenham de cabeça de levantada", concluiu o líder da bancada socialista.

Num estudado exercício de "diz que não disse", a ministra da Justiça não teve coragem de reconhecer ter acusado o presidente do GP/PS, António Costa, de ter gasto 40 milhões de contos do fundo (receitas provenientes dos cofres dos registos e dos tribunais) em despesas correntes.

Cardona limitou-se a falar em suborçamentação, alegando que encontrou "um buraco de 40 milhões de contos" em despesas que estavam sem cobertura no Orçamento do Ministério da Justiça.

O ex-governante socialista, por seu turno, acusou a actual ministra de ter omitido que o culpa de ter gasto as verbas do fundo em despesas correntes, transferindo as responsabilidades da alegada deturpação para a Comunicação Social.

"Neste debate, procura uma fuga para a frente,



dizendo que procedi a uma suborçamentação, mas não é verdade. O relatório do Banco de Portugal, sobre as contas até 2001, refere que o Ministério da Justiça abateu a sua dívida em 49 milhões de contos", contrapôs Costa, alertando para o facto de que "a execução desse ministério está acima 28 por cento relativamente a 2001, 21 por cento em relação ao Orçamento inicial de 2002 e 11 por cima do Orçamento Rectificativo (aprovado em Maio)".

Descontrolo financeiro

Em matéria de partilha de responsabilidades, Costa lembrou Cardona de que, "como os ministérios não são o cabaré da coxa", a responsabilidade é clara: "19 por cento da gestão pertence a mim e 81 por cento a si", disse.

Recorde-se que a polémica surgiu no passado dia 15, quando a ministra da Justiça acusou o seu antecessor, agora líder da bancada do PS, António Costa, de ter desviado cerca de 200 mil euros (40 milhões de contos) para despesas correntes do ministério, montante que deveria ter sido destinado ao Fundo de Garantia da Justiça.

Parante tal acusação, o PS fez um pedido formal à Assembleia da República no sentido de se agendar um debate de urgência sobre a matéria e onde o deputado socialista José Magalhães referiu que as declarações de Celeste Cardona "foram desmentidas", no passado dia 17, pelo seu secretário de Estado.

"Há informações segundo as quais os fundos estão, agora sim, a ser delapidados em despesas correntes", sublinhou Magalhães. O debate parlamentar da passada sexta-feira,

gerado pelas irresponsáveis e falaciosas afirmações de Cardona no Parlamento, começou precisamente pela leitura da transcrição do que então a ministra dissera: "Encontrei um diploma que congelava 75 por cento de 57 milhões de contos de saldos transitados a 1 de Janeiro de 2002. Destes 57 milhões de contos uma parte foi gasta pelos senhores, pelos senhores [...] em suma, são 40 milhões de contos a menos."

Apesar do diz que não disse e à margem do debate, fontes governamentais reconheciam, no entanto, que Celeste Cardona não devia ter proferido tais declarações e menos na forma em que o fez na comissão parlamentar.

António Costa (PS), o visado, e a restante oposição, insistiram que Cardona mentiu, pois o dinheiro não foi gasto pelo anterior Governo, e continua, em vez disso, nos cofres do Ministério da Justiça.

Citando por diversas vezes o secretário de Estado, Mota Campos, segundo o qual o dinheiro ainda lá estava, "no banco, de facto".

Celeste Cardona trazia o discurso estudado de casa e centrou as suas intervenções na mesma tecla: na sua "verdade dos factos" e na suborçamentação, mas saiu-lhe o tiro pela culatra. António Costa rebateu as acusações, dizendo que não só o dinheiro não foi gasto "como foi poupado", denunciando o que descreveu como "descontrolo financeiro".

"A diferença entre o que os senhores dizem que vão ter de gastar este ano e o que consta do relatório de previsão da despesa é de 32 por cento", afirmou o socialista.

Costa que acusou Cardona de inventar uma "nova falsidade" ao referir-se a suborçamentação.

"Neste debate, procura uma fuga para a frente, dizendo que procedi a uma suborçamentação no Ministério da Justiça, mas não é verdade e uma situação muito mais grave é o total descontrolo na gestão da despesa do Ministério", considerou falando em "delapidar de 40 milhões de contos" do fundo de garantia em despesa corrente.

MARY RODRIGUES

FORÇAS ARMADAS

INVESTIMENTO CONGELADO

Zero é cifra aplicável ao crescimento do investimento nas Forças Armadas. A ministra Manuela Ferreira Leite congelou 20 por cento da Lei de Programação Militar para 2003. As denúncias constam do relatório socialista sobre orçamentação para a Defesa Nacional, um documento que a maioria de direita chumbou em sede de comissão parlamentar.

O deputado do PS José Lello contestou a semana passada os números apresentados pelo Executivo para o orçamento do Ministério da Defesa por concluir que o valor real, efectivo, da Lei de Programação Militar (LPM) é de 174



milhões de euros e não os 217 milhões apresentados no Orçamento de Estado (OE) de 2003.

Destaque-se que relatório Lello avançava com conclusões que contradiziam em absoluto as ainda recentes promessas de "fim do ciclo de declínio orçamental das Forças Armadas", feitas pelo primeiro-ministro recentemente nos estaleiros navais de Viana do Castelo.

No documento, o deputado socialista começa por sublinhar que dos "14 itens constantes (num quadro que identifica a despesa total consolidada da Defesa) nove baixam, dois

mantêm crescimento zero e três sobem."

Dando um "tratamento individualizado" à única subida "significativa", precisamente a LPM, "que verifica um acréscimo percentual de 24,5 por cento", José Lello declarou que nesses números se adivinhava "gato escondido com rabo de fora".

"É que 20 por cento dos 217 milhões de euros agora anunciados para a LPM ficarão cativados", frisou, explicando de seguida que a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, já depois do OE pronto, decidiu congelar esse valor, impedindo Paulo Portas de o usar.

VONTADE DE MUDAR



Candidato a primeiro-ministro, Ferro Rodrigues defende a estabilidade política, mas está preparado para, a qualquer momento, responder “às expectativas e necessidades dos portugueses”.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário-geral do PS considera que Portugal viveu os últimos seis meses em “contra-reforma permanente”, já que o actual Governo, “incapaz de definir um rumo”, lançou a instabilidade nas regiões e nos agentes económicos”. Por outro lado, condena os cortes nas despesas de investimento e o desperdício de milhões de euros do III QCA. Do ponto de vista social, acusa o Executivo de, com as suas políticas neoliberais, estar a abrir uma “grave fractura” na sociedade portuguesa.

Sem rodeios, sublinha que Durão Barroso está refém dos caprichos de Paulo Portas e de Alberto João Jardim, já que são eles quem hoje mais condiciona as decisões da coligação. Quanto a Paulo Portas, afirma claramente que num governo por si liderado não haveria lugar para um ministro que revelasse falta de ética ou

irresponsabilidade política: “A posição do dr. Portas é insustentável”.

Orgulhoso da herança histórica do PS, Ferro Rodrigues olha o partido como a “casa comum da esquerda democrática” que tem a ambição de voltar a ganhar eleições com base numa “alternativa moderna e reformista” e não pela mera lógica de rotativismo no poder. Recandidato a secretário-geral no próximo Congresso, sublinha que o PS não representa apenas os seus militantes, mas os mais de dois milhões de portugueses que votaram socialista nas últimas legislativas, uma responsabilidade que o leva a promover uma “reabertura” do PS aos cidadãos através da reforma da organização e do funcionamento do partido, tendo em vista o aumento da sua “democracia interna”. Para a reunião magna de Novembro, Ferro propõe uma agenda de “temas urgentes” que figuram, aliás, na sua proposta de Declaração de Princípios. Face aos próximos desafios eleitorais, há uma estratégia em marcha para as europeias e para as regionais, que será directamente dirigida e coordenada pelo próprio secretário-geral.

Qual a importância estratégica para o Partido Socialista da sua declaração de ser candidato a primeiro-ministro?

Não gosto de tabus. Trata-se de uma simples afirmação clarificadora, que decorre naturalmente da minha recandidatura a secretário-geral do PS. Se, como é desejável, a legislatura chegar ao fim, e o PS reafirmar a sua confiança no secretário-geral no Congresso de 2004, em 2006 serei candidato a primeiro-ministro. Mas quero deixar claro que se, por razões alheias à nossa vontade, houver instabilidade política, como aconteceu na legislatura anterior, pretendo estar preparado em qualquer momento para dar resposta às expectativas e necessidades dos portugueses.

Como encara a eventualidade de uma coligação dos partidos da direita nas eleições para o Parlamento Europeu, sabendo-se das divergências que em matéria europeia existem entre eles? Como se vai posicionar o PS nessas eleições?

Não tenho que estar preocupado com a política de alianças da direita, compete-me coordenar a estratégia eleitoral do PS. Os portugueses, em devida altura, julgarão a coerência dos nossos adversários - ou a falta dela. Registo apenas que, como se vê no caso Modema ou na proposta de Orçamento de Estado, o PSD pode ter ganho as eleições, mas quem decide são o CDS e o PSD/Madeira. O dr. Durão Barroso está hoje refém dos caprichos dos Drs. Portas e Jardim. Penso que

isto é mau para a saúde da vida política portuguesa. O PS segue o seu caminho, construindo para as próximas eleições europeias um projecto autónomo e mobilizador. Apresentaremos seguramente uma lista ganhadora e um programa que dará resposta aos grandes desafios que hoje se colocam à Europa, nomeadamente o alargamento, as reformas institucionais, a defesa do nosso modelo social e o papel da União para a estabilidade mundial. São questões muito importantes que não podem continuar fora da agenda política portuguesa. É uma grande responsabilidade para nós. O PSD de hoje não é sequer o PSD do prof. Cavaco Silva, é um partido profundamente condicionado pela direita populista. Seremos, por isso, nas próximas

eleições europeias, o partido europeísta de Portugal. Vamos discutir o alargamento a Leste e as reformas institucionais com visão europeia e defendendo os interesses de Portugal. Quase 20 anos depois da adesão à CEE, os portugueses já perceberam que os interesses nacionais se defendem no centro do processo de construção europeia.

No horizonte eleitoral temos também as regionais. Qual será a estratégia que o partido vai adoptar para consolidar a sua posição nos Açores e lograr obter um bom resultado na Madeira?

Em primeiro lugar, não posso deixar de manifestar, mais uma vez, a minha solidariedade para com os

nosso camaradas insulares que, nos Açores e na Madeira, sofrem, respectivamente, a discriminação negativa do Governo da República e do Governo Regional.

Os nossos objectivos eleitorais para as regiões autónomas são muito claros: a renovação da maioria de Governo nos Açores e o crescimento da nossa presença democrática na Assembleia Legislativa da Madeira. Não vai ser tarefa fácil. Para atingirmos estes objectivos, vamos constituir um Grupo Coordenador, que eu próprio irei coordenar, e que contará com a participação permanente dos presidentes do PS nas Regiões e do Presidente do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República. Caberá a este Grupo a tarefa de articular a nossa intervenção nacional com o apoio aos nossos camaradas dos Açores e da Madeira. Até porque, como defendo na moção de que sou o primeiro subscritor, os problemas do desenvolvimento regional são indissociáveis do desígnio nacional que é o desenvolvimento económico e social.

Que avaliação faz destes seis meses de Governo?

Durante a campanha eleitoral, tive oportunidade de alertar os portugueses para os riscos do "programa não escrito" do PSD. O dr. Durão Barroso, primeiro, foi gerindo silêncios, depois foi corrigindo contradições e acabou a campanha a dizer que os nossos alertas não passavam de "sucata ideológica". Afinal, foi ao baú da direita conservadora e apresenta-nos diariamente uma repositão de um conhecido filme que passou no Reino Unido e nos Estados Unidos nos anos 80 com os resultados que se conhecem. Prometeram reformas e têm sido seis meses de contra-reforma permanente: na segurança social, na legislação laboral, na concertação social, na administração pública, na política de juventude, etc. Como dizia o nosso camarada Manuel Alegre, parece que estão a reinventar a luta de classes, atacando o sindicalismo democrático num extremismo próprio da direita miguelista e ultramontana. Perante isto, o PS tem de se afirmar cada vez mais como o partido de todos aqueles que se revêem nos valores da estabilidade democrática, da coesão nacional e da solidariedade social.

Acha que o PSD e o PP podem continuar a refugiar-se nas críticas ao anterior Governo como alibi para iludir a sua própria incapacidade para governar?

Acho que, passadas as eleições, isso não faz sentido nenhum. Fomos os primeiros a reconhecer aquilo que correu bem e menos bem durante seis anos de Governo PS. Sabemos que nem sempre fizemos as melhores opções políticas e orçamentais. Por isso, nas eleições autárquicas e nas legislativas, perdemos o apoio de alguns sectores das classes médias urbanas e mesmo do eleitorado rural, que, objectivamente, beneficiou com as nossas políticas. Mas também temos muito orgulho na cultura de governo que consolidámos em muitas áreas das políticas públicas. Fomos julgados pelos portugueses e representamos, na Assembleia da República, com orgulho, a confiança de quase 38 por cento dos portugueses. Ao Governo compete governar no respeito pelas regras da democracia (o que nem sempre tem acontecido) e não fazer oposição à oposição, aos sindicatos ou aos movimentos de cidadãos. É preciso que a direita entenda que uma democracia moderna não se reduz a eleições de quatro em quatro anos.

Num Governo liderado por si haveria lugar para um ministro com um comportamento similar ao de Paulo Portas?

Se ele não se demitisse, obviamente, demitia-o. Tenho orgulho em ter pertencido a governos que

estabeleceram patamares de exigência elevados no exercício de altos cargos públicos. Por muito menos, demitiram-se camaradas nossos. Houve sempre uma noção da ética republicana que infelizmente se está a perder, como oportunamente lembrou o senhor Presidente da República no seu discurso do 5 de Outubro. De



facto, não pode haver uma incoerência sistemática entre as proclamações e as práticas. Isto é mau para todo o sistema político. Não tenho nada de pessoal contra o dr. Paulo Portas. Também não colocamos a questão no plano judicial. É um problema de responsabilidade política. Quem, segundo um relatório da Polícia Judiciária, era gerente de uma empresa que servia para desviar dinheiro das propinas dos alunos para contas pessoais, das duas uma: ou agiu irresponsavelmente ou agiu com dolo. Admito que não tenha agido com dolo. Mas como pode gerir o ordenamento do Ministério da Defesa alguém que controlou de forma tão irresponsável os dinheiros da empresa que geria? Alguém que, numa conferência de Imprensa na residência oficial do ministro da Defesa, reconhece, descontradadamente, que os jovens que trabalhavam na sua empresa não passavam recibos! A posição do dr. Portas é insustentável, e agora tentam atirar areia para os olhos dos portugueses, procurando envolver toda a gente neste pântano... É inaceitável.

Como interpreta e o que significa a manutenção de Paulo Portas no Governo?

Como partido de Governo que somos, cumprimos responsabilmente a nossa obrigação. Perante as notícias da imprensa, solicitámos à Procuradoria-Geral da República o relatório da Polícia Judiciária. Analisámos o relatório, e perante a gravidade daquele documento oficial exigimos a demissão do senhor ministro de Estado e da Defesa Nacional. Perante isto, perante o discurso do

senhor Presidente da República, perante o apelo de personalidades de todos os quadrantes, o senhor primeiro-ministro entendeu por bem desconversar, colocando todo o governo refém do dr. Paulo Portas. Defendi que a legitimidade do Governo não estava em causa. Espero que isto não prejudique a estabilidade política. Mas os

orçamentais completamente insensíveis à realidade e às necessidades do País?

É totalmente irracional. Este fêchismo com o défice orçamental, agora denunciado pelo próprio presidente da Comissão Europeia, não está, entre nós, a dar origem a cortes na despesa corrente ou a necessárias reformas administrativas. Também não há sinais do anunciado combate à fraude e evasão fiscais. Pelo contrário, neste domínio, as declarações da dra. Maria José Morgado foram uma justa pedrada no charco. A estratégia, tenho dificuldade em chamar a isto estratégia, é cortar nas despesas de investimento, desperdiçando assim milhões de euros que foram negociados no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio pelo Governo do PS. Para além dos ziguezagues em matéria de investimentos estruturantes para o futuro do país, como o Aeroporto da Ota, o Governo é completamente incapaz de definir um rumo, lançando a instabilidade nas regiões e nos agentes económicos. É preciso que os portugueses percebam que as despesas de investimento são um instrumento fundamental para recuperar o crescimento. Não podemos aceitar que por causa de problemas orçamentais se provoque uma crise económica. Não faço questão de ter razão antes do tempo, mas os dados sobre a execução orçamental até Setembro estão a revelar que o aumento do IVA, para além de socialmente injusto, provocou uma retração no consumo e, conseqüentemente, abrandamento da economia e quebra nas receitas...

Os indicadores de confiança estão no seu ponto mais baixo. Significa isto que os portugueses se sentem enganados e defraudados com a governação PSD-PP?

É negável que existe um problema de confiança no sistema político português. Progressivamente, a abstenção aumenta, a identificação com os partidos baixa e a imagem das instituições democráticas degrada-se. Já apresentámos na Assembleia da República um projecto de reforma do sistema eleitoral e, porque a reforma do sistema democrático começa nos partidos, estamos a renovar profundamente os nossos estatutos e, conseqüentemente, a nossa forma de fazer política.

Perante isto, perante esta desconfiança crescente, o Governo da direita só agrava a situação, fazendo o contrário daquilo que prometeu na campanha eleitoral. Prometeu baixar os impostos e aumentou o IVA e, na prática, o IRS; prometeu não congelar salários e congela; prometeu não fazer despedimentos e despede jovens qualificados da administração pública; prometeu apoiar os jovens e acaba-lhes com o crédito bonificado para a habitação; prometeu, demagogicamente, travar o aeroporto da Ota e agora avança outra vez. Enfim, os exemplos abundam e são muito negativos para a própria qualidade da democracia. As eleições devem ser momentos de clarificação democrática em que os partidos, através dos seus programas, estabelecem contratos com os eleitores. Não podem ser uma fraude política. É por isso que a desconfiança aumenta e que, em todos os estudos de opinião, os portugueses manifestam-se enganados e defraudados com esta governação da direita.

Do ponto de vista do partido, muito se tem falado da necessidade de renovação. O que é que vai fazer em concreto para alcançar esse desiderato?

Muito se tem falado e muito se está a fazer em matéria de renovação no interior do PS. Ainda assim, convém sublinhar que o problema da falta de renovação não é um exclusivo do PS, nem dos partidos políticos: existe na comunicação social,

sinais que vêm agora do interior das próprias Forças Armadas, e que levaram à demissão do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, são bastante preocupantes do ponto de vista da autoridade democrática. O dr. Paulo Portas perdeu o respeito das Forças Armadas e a confiança da opinião pública.

Assiste-se a uma paulatina destruição da política social erguida pelos governos do PS. Face a este cenário não estaremos a caminhar a passos largos para uma grave crise social?

Temo bem que sim. Estamos perante iniciativas e medidas que configuram uma preocupante contra-reforma social. Tenho orgulho na nova geração de políticas sociais que contribui para lançar em Portugal. Com a nova Lei de Bases da Segurança Social, as alterações ao Rendimento Mínimo Garantido e à legislação laboral, o esbatimento das fronteiras entre público e privado na saúde ou a redução do investimento nas políticas de educação, ciência e cultura, este Governo, na sua visão assistencialista e estreita, ataca direitos sociais de cidadania e destrói uma aposta continuada na qualificação dos portugueses. E sem política de qualificação não há crescimento económico ou aumento da produtividade. Face a isto, é compreensível que os trabalhadores demonstrem o seu descontentamento. Se não inverter o caminho, o Governo está a abrir portas para uma grave fractura social.

É racional sacrificar uma política económica de desenvolvimento e crescimento a critérios

nos sindicatos, nas confederações patronais, etc. É uma questão que tem a sua origem no transição para a democracia, em que, face aos bloqueios do regime ditatorial, foi necessária uma ruptura revolucionária e geracional. Essa geração foi ficando, e as novas gerações foram sendo um pouco vítimas das lógicas de exclusão que as organizações têm tendência a desenvolver. É um círculo vicioso que importa romper, de forma gradual e sem dramatismos. É o que estamos a fazer no PS, com a introdução de limites aos mandatos de alguns órgãos executivos e de incompatibilidades de acumulação simultânea de cargos executivos.

Como encara o surgimento de propostas alternativas à sua no próximo Congresso?

Com toda a naturalidade democrática. Este Congresso resulta de uma vontade expressa por mim quando fui eleito pelos militantes secretário-geral do PS. Disse então que, fossem quais fossem os resultados das eleições legislativas, era necessário convocar um congresso extraordinário para discutir tudo: organização, discurso ideológico, estratégia política e, se fosse caso disso, a própria liderança. Quando forem apresentadas aos congressistas propostas de estatutos ou moções de estratégia alternativas às que eu subscrevo, o debate interno só sairá reforçado. Foi sempre o que defendi.

Neste período pré-congresso tem previsto um conjunto de deslocamentos pelas federações do PS. Quais as principais mensagens que tem para transmitir aos militantes?

Mensagens de confiança e renovação. Ao longo destes últimos meses tenho tido um debate continuado com os militantes do PS, que, certamente, se aprofundará nestas semanas pré-congresso. O que lhes tenho dito é que o partido conta com o trabalho generoso que milhares de militantes, por todo o País, lhe dedicam sem pedir nada em troca. Esse trabalho é fundamental. Não se ganham eleições, não se comunica com a sociedade, sem o trabalho diário dos militantes. Julgo até que, enquanto estivemos no Governo, deixámos adormecer um pouco a autonomia do partido, e que isso nos prejudicou. No futuro, isso não pode voltar a acontecer. Nunca nos devemos esquecer que em democracia os governos são governos partidários e que é dever dos membros do Governo prestar contas aos militantes, porque são eles que medeiam a vontade da sociedade e as decisões governativas. Mas, para que esse diálogo organizado tenha sucesso, é essencial que a participação política no PS não se esgote nas secções de residência e que se faça também nos fóruns socialistas, nos clubes de política ou nas secções temáticas. Não podemos deixar de ouvir também aqueles militantes e simpatizantes que, pelo seu perfil, se sentem mais à vontade nestes novos modelos de intervenção.

Como se constrói um PS moderno e adaptado às actuais transformações e exigências das sociedades?

Nada disto se constrói por decreto ou contra a vontade dos militantes. Os processos de modernização dos partidos democráticos passam sempre pela percepção da necessidade de mudança por parte dos militantes. E eu sinto no nosso partido essa vontade de mudar. E o PS representa hoje cerca de dois milhões de eleitores. É, por vontade dos portugueses, a casa comum da esquerda democrática. É uma grande responsabilidade que não podemos desperdiçar. É muito tentador pensar que mudar estatutos e declarações de princípios é uma perda de tempo. É muito fácil ignorar as mudanças na sociedade portuguesa e no mundo. Seria possível não fazer

nada e esperar que a direita caísse de podre. Provavelmente, esse era um caminho. Mas não é o meu caminho, e não será, por vontade dos militantes, o nosso caminho. Não queremos ganhar as eleições numa lógica rotativista de poder pelo poder. Queremos voltar a ganhar as eleições com base numa alternativa de esquerda

liberdade. Para a esquerda democrática, não há liberdade sem igualdade de oportunidades, sem inclusão social. Para nós, não é justo que a vida de alguém seja condicionada por falta de oportunidades e não pelo seu mérito pessoal. A esquerda moderna defende a economia de mercado, mas não uma sociedade de mercado.



moderna e reformista que visa transformar Portugal numa sociedade mais justa. E isso só se consegue adaptando a nossa organização, o nosso discurso, a nossa estratégia aos desafios dos novos tempos.

Acha que a dicotomia esquerda/direita está a perder importância como alguns afirmam, ou é cada vez mais importante clarificar as diferenças?

Acho que continuam a existir diferenças entre esquerda e direita e que é importante clarificar essas diferenças: afinal, se os cidadãos acharem que é tudo igual, que razões têm para ir votar? É certo que deve haver consensos em torno das regras da democracia e, sempre que possível, da política externa e de defesa nacional. Por outro lado, todos sabemos que as divisões de classes se esbateram, muito por mérito da luta do movimento sindical e da aposta dos socialistas em torno das políticas sociais. Consequentemente, nas últimas duas décadas, surgiram novas questões que alguns consideram que estão para além dessa dicotomia, como as preocupações ambientais, os direitos das mulheres e das minorias, ou as implicações éticas das novas tecnologias. O PS é também o partido das pessoas que não se revêem nessa dicotomia esquerda/direita, mas que têm uma visão humanista e reformista da política. Ainda assim, considero que mesmo para todas essas novas questões há respostas de esquerda e de direita. E há desde logo uma diferença básica que se prende com o valor da igualdade. Para a direita democrática, a igualdade é uma ameaça à

liberdade. Este é o espírito da nova declaração de princípios do PS, agora adaptada à integração europeia de Portugal, à nossa experiência de Governo e ao mundo pós-guerra fria. A ideia de uma globalização ética, a revalorização radical da participação democrática, a regulação da economia de mercado, a defesa dos serviços públicos, a preservação do ambiente, a defesa de sociedades cosmopolitas - são todos exemplos de temas urgentes para a agenda da esquerda e que constarão da nossa declaração de princípios. Não há que ter complexos em mudar. Ao longo do século XX foi sempre esta a marca do socialismo democrático: encontrar novas políticas para novos problemas, na fidelidade aos valores da liberdade, igualdade e fraternidade. Continuamos orgulhosos desta herança histórica.

Qual a importância do processo de refiliação e que leitura faz da reacção dos militantes?

Foi um importante processo de modernização das nossas estruturas e de reafirmação da vontade militante de todos os socialistas portugueses. A partir de agora sabemos quantos somos e o que queremos. As respostas ao inquérito de refiliação vão permitir orientar as iniciativas das nossas estruturas para os assuntos que os militantes consideram prioritários. O balanço é muito positivo e não posso deixar de agradecer o trabalho de todos aqueles camaradas que estiveram envolvidos neste difícil processo.

Como tornar o PS um partido mais aberto ao exterior e mais presente na sociedade?

Os partidos não existem para servir os seus militantes, mas sim as sociedades em que actua. Nesse sentido, devem reformar o seu modo de organização e funcionamento, aumentando a sua democracia interna e abrindo-se aos contributos daqueles que podem ajudá-los a aproximarem-se dos anseios dos cidadãos. Os Estados Gerais para uma Nova Maioria foram uma experiência de sucesso que mobilizou os sectores mais qualificados e dinâmicos da sociedade portuguesa. Provaram que quando o PS se abre o PS ganha. O problema é que depois das eleições o PS foi-se fechando progressivamente - e perdeu. Penso que a revisão dos estatutos no sentido que proponho constituirá um passo importante para essa nova abertura. É fundamental que esse diálogo com a sociedade civil se faça de forma institucionalizada e permanente. Se for só em vésperas de eleições, as pessoas sentem-se justamente instrumentalizadas. Daí a importância de revermos nos nossos estatutos os fóruns socialistas e outras novas formas de intervenção de que falámos atrás. Outro aspecto importante será consagrarmos nos estatutos métodos de recrutamento de candidatos que assegurem tanto a democraticidade como a qualidade das escolhas. Uma das lições das nossas duas últimas derrotas é que, para cada eleição, devemos ter sempre os melhores candidatos. A exigência dos cidadãos é cada vez maior. E, volto a frisar, não representamos apenas os nossos militantes; representamos 38 por cento dos portugueses.

Como se deve posicionar o socialismo democrático perante a globalização e a nova ordem internacional emergente?

Em primeiro lugar, não faz sentido sermos contra a globalização. Essa é a posição dos populistas. Mas também não podemos aceitar a globalização como uma ordem natural, face à qual nada se deve fazer. Essa é a posição dos neoliberais. Para o socialismo democrático, a globalização deve ser encarada, simultaneamente, como uma realidade e um desafio: não só no plano económico, como cultural e político. Não é nenhuma tragédia natural perante a qual nada se possa fazer, mas uma realidade socialmente produzida, que os agentes políticos podem e devem controlar. No plano cultural, devemos saudar as oportunidades de democratização da informação que as novas tecnologias trazem. Mas devemos também valorizar a nossa identidade nacional e a nossa língua como forma de nos afirmarmos, sem complexos, num mundo aberto. No plano económico, devemos reformar as organizações económicas internacionais, no sentido de encontrarmos políticas económicas globais comuns que permitam regular os mercados financeiros internacionais, preservar o ambiente e assegurar uma maior solidariedade entre Norte e Sul. No plano político, devemos ser intransigentes na defesa do direito internacional e das Nações Unidas. Não estamos sozinhos no mundo, e não é unilateralmente que vamos vencer o terrorismo internacional. Nesse sentido, é com perplexidade que acompanho a evolução da doutrina da administração norte-americana. Os Estados Unidos são nossos amigos e aliados históricos, mas a posição da Administração Bush face ao TPI, ao protocolo de Quioto ou ao Conselho de Segurança da ONU é insustentável. É uma boa lição para todos aqueles que diziam que entre Al Gore e Bush não havia diferenças. Infelizmente, quem perde com isto é a estabilidade mundial. Espero que o bom senso impere, e que nenhuma intervenção no Iraque se faça sem o mandato do Conselho de Segurança, depois de esgotadas todas as tentativas sérias de paz. A União Europeia devia ter aqui um papel muito mais actuante, procurando falar concertadamente a uma só voz.

VÍTOR NUNES

PEQUENAS OBRAS GRANDES REALIZAÇÕES

Secretário-coordenador da Secção de S. João de 1976 a 1985, que ajudou a fundar, Vítor Nunes teve uma intensa actividade partidária nos anos de brasa pós-revolução, estando presente em todas as batalhas travadas pelo PS, partido onde se inscreveu em Agosto de 1974, por "idealismo", como faz questão de sublinhar. Autarca durante 14 anos na Junta de Freguesia de S. João, uma experiência que considera "gratificante, por poder contribuir para a resolução dos problemas das pessoas", Vítor Nunes é um exemplo de dedicação ao nosso partido e à causa pública.

Vítor Nunes, um já histórico militante do PS, lembra que ainda muito jovem, tal como muitos da sua geração, desperta para a política com a campanha presidencial de Humberto Delgado em 1958, tendo participado num comício sob forte presença policial.

Membro de uma família de "pessoas ligadas à oposição, em particular um tio que passou pelas masmorras do Tarrafal", este camarada esteve presente em várias iniciativas contra o Estado Novo, desde reuniões da CEUD, até às comemorações do 5 de Outubro, como as de 1973, em que para fugir às tropas do tristemente célebre capitão Maltês, que fecharam as portas do cemitério do Alto S. João, viu-se "obrigado a ir para dentro de um jazigo". Tendo como referências Mário Soares e Salgado Zenha, "duas figuras marcantes da oposição antifascista", é com naturalidade que se inscreve no PS por "idealismo", como gosta de sublinhar, logo em Agosto de 1974, tendo ajudado a fundar a Secção de S. João.

"Um grupo de camaradas resolveu criar a Secção para se difundirem os ideais do partido. Ao longo dos primeiros anos tivemos um trabalho extenuante, quase todos os dias saíamos por volta das duas horas da madrugada. Fomos uma das secções que mais colaboraram com a FAUL, e se o partido está bem implantando nesta zona muito se deve ao trabalho feito nesta estrutura", afirma.

Em pleno PREC, está na primeira linha das lutas travadas pelo PS contra a tentativa totalitária, de que destaca o comício da Alameda, "que marca o começo do fim do gonçalvismo", e o comício "inesquecível" do Pavilhão dos Desportos contra a unicidade sindical.

"Foram anos de militância activa, havendo algumas situações em que arriscámos a pele", sublinha.

No pós-25 de Abril, a par da sua intensa



militância militância no PS, tem ainda tempo para participar numa campanha de alfabetização na Curraleira, um bairro da lata em pleno coração da freguesia de S. João, onde exerceu funções no Executivo da Junta com o pelouro da habitação. Dessa sua experiência de autarca, de 1980 a

1996, guarda as maiores recordações. "Foi uma experiência que me deu um enorme prazer, pelo contacto directo com as pessoas que proporciona, podendo contribuir para a resolução dos seus problemas", sublinha, acrescentando que "ainda hoje sou alvo de manifestações de amizade e apreço de algumas

pessoas a quem ajudámos a fazer pequenas obras nas suas modestas habitações".

Por outro lado, num balanço aos seis anos de governação socialista, salienta que "os primeiros quatro anos podem considerar-se positivos, atendendo a que não tínhamos maioria absoluta, e deixámos obra na educação, com o alargamento da rede do pré-escolar, e nas políticas sociais, nomeadamente no combate à exclusão", acrescentando que os últimos dois anos foram "algo desastrosos".

O declínio da acção do Governo, adiantou, "começou com o congelamento artificial dos preços da gasolina, quando do aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais".

Discutir ideias e projectos

Sobre o secretário-geral, Ferro Rodrigues, refere que "é um político extremamente sério e competente", mas afirma ter "algumas dúvidas sobre a forma como está a ser feita a oposição, que deve ser mais acutilante face a um Governo que em pouco tempo já fez muitas asneiras, como acabar com o crédito bonificado à habitação, sem qualquer alternativa para os jovens".

Quanto ao próximo Congresso, o camarada Vítor Nunes espera que "se discutam ideias e projectos, e que não se reduzam os poderes dos militantes e das secções de residência - a forma mais próxima de intervenção do partido junto das populações -, sem as quais o partido transformar-se-ia num partido de eleitores".

J. C. CASTELO BRANCO

PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
Olof Palme

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Queda do Muro de Berlim

Livro
"O Nome da Rosa"

Escritor
Umberto Eco

Filme
"O Despertar"

Músico
Rui Veloso



REFERENDO NA IRLANDA

EUROPA SUSPIRA DE ALÍVIO COM "SIM" AO TRATADO DE NICE

Os receios que começaram a crescer na Europa de uma posição hostil da Irlanda ao Tratado de Nice não se confirmaram. Bem pelo contrário. No referendo que no passado sábado se realizou, os irlandeses deram uma expressiva vitória ao "Sim", que atingiu os 62,8 por cento, varrendo do horizonte os entraves ao alargamento. O "Não", que na primeira consulta em Junho do ano passado ganhou, ficou-se desta vez pelos 37,11 por cento, provando que foi a abstenção, que então rondou os 66 por cento, o principal factor que originou aquele resultado negativo. "A decisão dos irlandeses é um sim franco ao alargamento e um sinal caloroso de boas vindas aos nossos amigos do centro, do sul e do leste da Europa", disse o primeiro-ministro irlandês, depois de conhecidos os resultados deste segundo referendo para aprovar o Tratado de Nice, que constitui uma condição prévia ao alargamento da União Europeia. Para o presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage,

o "Sim" irlandês é um alívio para todos aqueles que consideram o alargamento uma necessidade histórica". Segundo afirma, "a recusa à ratificação do Tratado de Nice teria como consequência imediata um atraso na adesão dos candidatos e a criação de uma polémica que certamente provocaria uma grave crise interna nos países candidatos".

Os representantes dos candidatos à União Europeia não escondiam a sua satisfação: "Os eleitores irlandeses passaram no teste da responsabilização: perceberam que o futuro da União e o futuro da Europa dependia deles", disse o ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, Laszlo Kovacs. "Queremos agradecer aos irlandeses", disse o presidente da Polónia, Alexander Kwasniewski.

No entanto, apesar de considerar o alargamento um designio histórico inadiável, Carlos Lage não deixa de alertar para eventuais dificuldades que irão surgir. "A forma como é feito este alargamento, com dez países, é um pouco uma fuga



para a frente, porque a assimilação não será fácil para a União nem para os novos Estados, que se defrontarão com muitos problemas e mesmo frustrações quando constatarem que também existem dificuldades", considerou, acrescentando que "o melhor seria que o alargamento fosse feito em fases sucessivas". Além dos problemas que agora serão mais imediatos, como a extensão das ajudas agrícolas aos países candidatos e a resolução da questão de Chipre, entalado entre os interesses da Grécia e da Turquia, o financiamento da Europa alargada será o tema que mais centrará as atenções. "Os problemas do financiamento da União Europeia são muito delicados, porque implica ganhos para uns e perdas para outros. Serão eles o grande tema de discussão no futuro", afirma Carlos Lage.

Ao contrário do que aconteceu em Junho do

ano passado, desta vez o Governo irlandês empenhou-se a fundo na campanha, não tendo apenas contado com o apoio dos Verdes e dos nacionalistas do Sinn Féin, que basearam a sua campanha na perda da neutralidade irlandesa em matéria de defesa. Precisamente para descansar os irlandeses, os líderes europeus fizeram aprovar na Cimeira de Sevilha, de Junho passado, uma declaração política em que ficava claro que a Irlanda não tinha de mudar o seu estatuto ou participar em missões de paz que a União venha a efectuar.

A Irlanda ocupará a presidência da União Europeia no primeiro semestre de 2004, ano em que será adoptada a reforma das instituições com a consequente distribuição do poder relativo de cada país, na sequência das linhas apontadas no Tratado de Nice e nos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa.

P.P.

LUÍS MARINHO

ACESSO DIRECTO AOS TRIBUNAIS DA UNIÃO

Os cidadãos devem ter acesso directo aos tribunais da União Europeia numa Europa alargada, da mesma forma que é necessário definir os mecanismos que levem os tribunais nacionais a aplicar a Carta dos Direitos Fundamentais em nome dos cidadãos, defendeu no plenário de Estrasburgo o eurodeputado Luís Marinho, membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu.

Luís Marinho, que falava a propósito do relatório Duff, sobre a Carta dos Direitos Fundamentais, considera que a credibilidade e a confiança no alargamento tem de assentar num tronco comum de princípios e direitos que solidifiquem as relações entre Estados e cidadãos a quem a história privou de convívio e confiança recíproca. Por outro lado - afirmou -, porque a nova cidadania da União, colocando os cidadãos europeus no centro da legitimidade europeia, impõe a sua defesa e protecção perante qualquer actuação abusiva que a centralização do poder poderá produzir, em nome da eficácia da decisão.

É neste contexto que o eurodeputado considera que "Constituição europeia e Carta dos Direitos Fundamentais são as duas faces da nova Europa, porque não é possível organizar a democracia a vinte e cinco sem direitos fundamentais vinculativos".

Assim - defende -, é necessário elevar a Carta ao estatuto de direito primário, tornando-a referência fundamental para o Tribunal de Justiça e tribunais nacionais, fazendo desse instrumento direito básico da União Europeia verdadeira parte integrante do acervo jurídico comunitário.

O eurodeputado interveio ainda na discussão do relatório Lambert, sobre a proposta de directiva de novas regras para o estatuto de refugiado, elogiando o comissário António Vitorino pela coragem que teve ao apresentar aquele conjunto de medidas.

Entre elas, destaca para a ampliação do leque de direitos dos refugiados quanto aos prazos de residência, emprego e mecanismos de integração no país de acolhimento, clarificação do conceito de agente de perseguição e complementaridade do duplo estatuto de protecção internacional.

PARA NÃO COINCIDIREM COM O EURO-2004

EUROPEIAS DEVIAM SER ANTECIPADAS

As eleições para o Parlamento Europeu deviam realizar-se em Maio, e não na segunda semana de Junho de 2004, de forma a não coincidirem com o campeonato da Europa de futebol, defendeu o deputado António José Seguro, na Comissão dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus, perante o secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

O deputado, coordenador do PS para os Assuntos Europeus, considerou que "um elevado grau de abstenção prejudica gravemente os interesses do projecto europeu". E, com efeito, as eleições europeias em todo o território da União têm registado valores de abstenção bastante elevados, podendo aumentar em toda a União, e não apenas em Portugal, se coincidirem com a realização do campeonato. Ainda por cima, coincidem também com um período de feriados. António José Seguro, que disse que insistirá junto do Governo para a antecipação das eleições, lembrou a existência de um grupo de trabalho, ao nível dos Quinze, destinado a harmonizar os sistemas eleitorais dos diversos Estados-membros, tendo inclusivamente chegado a haver um consenso sobre a possibilidade de se anteciparem em cerca de um mês.



NO PLENÁRIO DE ESTRASBURGO

PRODI REAFIRMA ESTUPIDEZ DO PACTO DE ESTABILIDADE

A “estupidez” do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) foi reafirmada esta semana, num debate de urgência no Parlamento Europeu, pelo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi. Na semana passada, Prodi afirmara que o “Pacto de Estabilidade é estúpido, como todas as decisões que são rígidas”, desencadeando alguns gestos de compreensão e outros de protesto. Seja como for, as suas palavras foram interpretadas como uma necessidade de formular de forma mais flexível os compromissos associados ao PEC. As críticas ao PEC vinham subindo de tom, inclusivamente assumidas por alguns comissários, designadamente por Michel Barnier e também pelo próprio Pedro Solbes, responsável para os Assuntos Económicos, que também já tinha referido a necessidade de flexibilizar a leitura das regras do PEC. Foi inesperada e ousada, mas toda a Europa percebeu bem o que as palavras de Romano Prodi queriam dizer, sem que, no entanto, seja posto em causa a bondade dos princípios que regem o PEC e os seus objectivos de proporcionar estabilidade orçamental no conjunto da União Europeia.

Também o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, já desde há algum tempo que vinha reclamando uma flexibilização das regras do PEC, chegando mesmo a acusar o Governo de nem sequer tentar encontrar aliados para que a despesa pública possa ter um tratamento diferente da despesa corrente. Já aquando da *rentrée* política em Resende, Ferro Rodrigues alertava para essa necessidade, perante a incompreensão dos partidos da coligação, apesar de estarem a braços com a degradação da economia. Agora, a conjuntura económica internacional negativa e o facto do PEC ter sido



concebido para uma situação de crescimento, veio dar razão a todos os que defendiam a necessidade de atribuir maior peso ao défice estrutural, retirando peso ao défice nominal, ou seja libertando o PEC dos factores aleatórios das conjunturas económicas. É hoje mais que evidente que o PEC funciona bem em períodos de forte crescimento económico, mas revela grandes deficiências quando se verifica um abrandamento.

Apesar das críticas, Romano Prodi, num debate de urgência no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, manteve as declarações que fez

na semana passada. Considerou o PEC a pedra angular da nova cultura de estabilidade associada ao euro, mas que “não pode ser aplicado de forma rígida e dogmática sem olhar às alterações e às circunstâncias. Foi por isso que chamei – e continuo a chamar – estúpido ao PEC”, disse, perante os deputados do Parlamento Europeu, acrescentando que, num contexto económico de deflação mundial, não é boa ideia manter objectivos rígidos de redução do défice.

Prodi esclareceu que pretende tornar o PEC um instrumento inteligente capaz de coordenar as

políticas económicas dos membros do euro, que, sem abandonar o rigor, possa atender à complexidade das economias.

Intervindo neste debate, o eurodeputado socialista Manuel dos Santos apoiou as declarações de Prodi. “Se bem entendi – disse – a Comissão iniciou agora, de forma inteligente, um processo de defesa do Pacto de Estabilidade que só será possível com coragem e algumas rupturas”.

Na sua opinião, desde a primeira hora que se percebia que o PEC “assentava em regras que funcionariam razoavelmente em período de crescimento económico, mas que poderiam bloquear face a certos imprevistos e à moderação do crescimento”.

Na medida em que a Europa do euro assenta numa quadro de política monetária única e de doze políticas orçamentais autónomas, “justifica-se a existência de regras claras que impeçam os países indisciplinados, sobretudo se são grandes economias, de pôr em causa a estabilidade do sistema”.

“Contudo – considera – é necessário que as regras de disciplina sejam entendidas pelos mercados e não contrariem as políticas nacionais e os legítimos interesses e compromissos que lhe estão associados, o que implica que sejam formuladas de forma flexível ajustando-se, se for caso disso, em cada momento e, sem pôr em causa a sua essência, a uma realidade concreta”.

“A leitura imobilista do Pacto começa a ser insustentável, pois não dá resposta à conjuntura e muito menos se articula com os objectivos que a União Europeia se fixou, em Lisboa, de se transformar, a curto prazo, na economia mais poderosa do planeta”, concluiu.

P.P.

PAULO CASACA

CONTROLO DOS FINANCIAMENTOS PRECISAM DE PADRÕES EXIGENTES

São três os pontos essenciais que devem ser levados em consideração nas alterações às disposições do Regimento relativas ao processo de quitação, um dos quais é a simplificação, transparência e controlo das acções financiadas pela Comunidade nos Fundos Estruturais, considerou, no plenário de Estrasburgo, o eurodeputado Paulo Casaca.

Sustentou, por outro lado, que os sistemas de contabilidade e de tesouraria das instituições europeias precisam responder de forma cabal, completa e inequívoca aos mais elevados padrões internacionais de qualidade, tornando-se necessário “avaliar até que ponto é esse o caso actual e quais as modificações que se torna essencial introduzir para assegurar que isso venha a ser assim no futuro”.

Referiu ainda que as instituições europeias têm também a transparência e a lisura nos procedimentos relativos à externalização, processo sobre o qual o Parlamento Europeu já fez incidir, em numerosas ocasiões, críticas e reparos e sugeriu alternativas. “Parece-nos fundamental – afirmou – passar em revista todos os processos de externalização ainda existentes, e ver até que ponto eles tiveram em conta as recomendações do Parlamento no contexto dos anteriores processos de quitação e se, em qualquer caso, ainda se justificam”.

MANUEL DOS SANTOS

REGULAMENTO FINANCEIRO MAIS CLARO E TRANSPARENTE

O objectivo do novo regulamento financeiro aplicável ao Orçamento Geral das Comunidades Europeias, que entrará em vigor Janeiro de 2003, é dotá-lo de princípios de maior transparência e clareza, apoiado simultaneamente por regras ambiciosas e simples, considerou o eurodeputado Manuel dos Santos, na discussão do relatório Van Hulst.

Na medida em que o quadro orçamental da União é insuficiente para responder integralmente às suas prioridades políticas e na ausência de revisão das perspectivas financeiras, Manuel dos Santos defende que o Parlamento Europeu utilize integralmente todas as suas prerrogativas e competências. Com as normas propostas no relatório, o processo de controlo e fiscalização fica mais compreensível e fácil, o que aumenta a verificação da eficácia da despesa da Comunidade.



SOCIALISTAS CONTRA PIDDAC

Os deputados do PS eleitos pelo distrito de Santarém defenderam que o Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2003 penaliza o distrito.

Em conferência de Imprensa, os quatro deputados socialistas afirmaram que o PIDDAC “não é seguramente o melhor dos últimos anos, mas sim o pior dos últimos 10 anos” para o distrito. Os socialistas lamentaram o abandono de “obras essenciais” no valor de 21 milhões de euros e a passagem para 2004 de “obras estruturais” na ordem dos 20 milhões de euros.

O grupo de deputados liderado por Jorge Lação critica, em particular, o abandono da melhoria das redes de equipamentos e serviços nas áreas da Saúde, ensinos secundário e superior, segurança pública e segurança social, e do Plano Rodoviário Nacional 2000.

Nas contas do PS/Santarém, se aos 243 milhões de euros de investimentos da Administração Central previstos para o distrito se retirarem as verbas para a área do Plano Operacional da Economia (50 milhões), as que se destinam à melhoria da linha de caminho de ferro do Norte, considerado “um projecto nacional” (28 milhões), as dos projectos plurianuais que são abandonados (21 milhões) e as dos que são

adiados (20 milhões), “o PIDDAC em 2003 para Santarém será 38 por cento inferior ao de 2002”, o que leva a concluir que tal como tinha sido anunciado pelo Governo, o distrito de Santarém não é o que maior acréscimo regista a nível nacional.

Os socialistas consideraram que os 3,4 por cento que os municípios do distrito vão receber a mais que em 2002 reflectem “uma menor valia real na sua capacidade de investimento em projectos de desenvolvimento autárquico”, tendo em conta os aumentos registados durante a governação socialista.

Os deputados socialistas entendem que a redução da capacidade de endividamento “asfixiará” as autarquias ribatejanas que, “por força do phasing-out (redução das comparticipações comunitárias por integrarem a Região de Lisboa e Vale do Tejo), fizeram um esforço de investimento em 2001 e 2002, como lhes foi pedido” e que agora ficam “impedidas de concretizar quaisquer novos projectos até 2006”. Os deputados socialistas eleitos por Santarém questionaram ainda a “célebre descentralização”, anunciada “com pompa e circunstância” em Tomar, pelo Governo, afirmando que não viram ainda “um único centímetro disponibilizado para o efeito”.

Quebra de investimentos é inaceitável

Entretanto, a Federação Distrital do PS/Évora classificou como “grave” a quebra de investimento no distrito prevista na proposta de PIDDAC para 2003.

Os socialistas de Évora defenderam uma possível alteração da proposta na Assembleia da República, que evite a quebra de investimentos relativamente a 2002.

“É particularmente grave no caso do concelho de Mourão, relativamente ao qual não existe um centímetro de investimento. Em todos os outros concelhos, à excepção de Redondo, a situação também não é minimamente aceitável verificando-se uma quebra de 73,6 por cento no Alandroal, 29,3 em Arraiolos, 12,6 em Borba e 58,3 em Estremoz”, acusam os socialistas. Ainda segundo o PS/Évora, com os governos socialistas “todos os anos houve um crescimento no PIDDAC, o que permitiu concretizar diversos projectos, alguns dos quais esperavam há décadas por uma solução”.

Acesso a empréstimos

Reunidos em Campo Maior, os autarcas

socialistas do distrito de Portalegre acusaram o Governo de uma “execução quase nula do Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) em 2003”. Num comunicado, fazem referências aos “atrasos” verificados na análise e procedimentos inerentes às candidaturas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QÇA), o que “coloca em causa investimentos importantes no contexto do desenvolvimento concelhio e regional”.

Defendem que o traçado do TGV Lisboa-Madrid tenha a sua ligação pelo eixo do Caia, Badajoz-Elvas e ainda o “o avanço inequívoco” do aeroporto de Beja nas suas valências civis, como “dois grandes empreendimentos âncora para o desenvolvimento do Alentejo”.

Os autarcas querem que os hospitais de Elvas e Serpa sejam considerados no contexto da rede de referência hospitalar para uma “maior eficácia e racionalização dos serviços de saúde estruturantes”.

Manifestam “alguma apreensão face à indecisão do Governo” em relação a um conjunto de projectos estruturantes para o Alentejo, nomeadamente a barragem do Pisão, sistema de rega do Abrilongo e de acessibilidades fundamentais como o IP8, IC33 e IC13 entre outras.

No comunicado, os autarcas socialistas, exigem ainda que “seja facultado o acesso a novos empréstimos de forma proporcional entre o Governo e os municípios”.

BENELUX

COMISSÃO POLÍTICA APROVA MOÇÃO SECTORIAL

A Comissão Política da Federação do PS/Benelux aprovou no domingo, em Roterdão, as linhas gerais da moção de acção sectorial que irá apresentar ao XIII Congresso do Partido Socialista.

A moção aprovada pela Federação defende que o PS, agora que está na oposição, deve “criar um departamento exclusivamente dedicado à emigração, com duas funções bem definidas: por um lado, para dar apoio activo às estruturas do Partido na emigração e, por outro, para acompanhar as políticas do Governo para as Comunidades Portuguesas”.

A moção dos socialistas do Benelux propõe também que tendo em conta a especificidade das estruturas da emigração, o partido deve adoptar de futuro uma nova metodologia para a escolha dos candidatos a deputados à

Assembleia da República.

A Comissão Política manifestou todo o seu apoio ao secretário-geral, Ferro Rodrigues para continuar na liderança do partido e para se candidatar a primeiro-ministro, lamentando, no entanto, que na sua moção global não haja referências às comunidades portuguesas, apelando, por isso, para que elas não sejam esquecidas em acções futuras.

Por outro lado, a Federação considera que o Governo do PSD/PP tem demonstrado um profundo desprezo pelas comunidades portuguesas, pela forma como tem conduzido as políticas para o ensino, reestruturação consular, Conselho das Comunidades e movimento associativo. Crítica também a quebra do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o diminuto orçamento da

Secretaria de Estado das Comunidades, reduzindo o seu titular, José Cesário, a um “mero burocrata”, o que contraria de forma flagrante as promessas e as expectativas que o PSD criou durante a campanha eleitoral.

O PS/Benelux considera ainda inaceitável a instabilidade e a degradação acelerada que está a sofrer toda a área do ensino da língua e cultura portuguesa no estrangeiro, passando pelo Instituto Camões, com o regresso do caos que reinava antes de 1995, quando o PSD estava no Governo.

A reestruturação consular em perspectiva, que prevê o encerramento de alguns consulados e postos consulares, deixando muitos milhares de portugueses sem apoio e sobrecarregando outros consulados também foi duramente criticada na reunião.

ALGARVE

MILITANTES DISCUTEM LEGISLAÇÃO LABORAL

A Secção de Legislação do Trabalho e da Segurança Social promoveu uma sessão de informação e debate sobre a proposta do Governo do novo Código do Trabalho.

Rui Cunha, secretário nacional do PS e responsável pela coordenação política do tema no Grupo Parlamentar, explicitou a posição socialista contra a actual proposta de Código do Trabalho, admitindo a possibilidade do PS “apresentar na Assembleia da República uma proposta alternativa” e

advogando a tese que, caso o Governo persista na sua posição, “o PS anuncie desde já quais os artigos que revogará no contexto de uma maioria parlamentar”.

Por sua vez, o presidente do PS/Algarve, José Apolinário, apelou a “uma maior intervenção e esforço de informação por parte das estruturas do PS”, sustentando que “a competitividade empresarial não depende desta alteração da legislação laboral, sem prejuízo da necessária

atualização da mesma”.

No final dos trabalhos foi feita uma análise detalhada a alguns dos aspectos mais controversos da proposta governamental do Código do Trabalho. Para os socialistas, o “anteprojecto de código laboral pugna por atribuir, às relações de trabalho que pretende regular, um cunho marcadamente civilista que atenta contra a protecção da parte mais desprotegida, o trabalhador, pondo em causa a própria essência do Direito do Trabalho”.

ALEMANHA

FEDERAÇÃO ACUSA EXECUTIVO DE NADA FAZER PELOS EMIGRANTES

A Federação do PS/Alemanha responsabiliza o Governo pelo facto de 1000 crianças estarem privadas do ensino do português por falta de renovação dos contratos dos professores.

“Não se sabe qual é o órgão responsável por esta situação, se o Ministério da Educação, ou a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, já que ambos se intitulam de proprietários no ensino do português”, afirmam os socialistas.

A Federação acusa o Governo de “apenas ter cortado, anulado e suprimido o que o PS fez de positivo”, dando como exemplos o encerramento das delegações regionais da direcção-geral das comunidades portuguesas que davam apoio jurídico e social a candidatos a emigrantes e ainda a exoneração do conselheiro social da embaixada portuguesa na Alemanha, diminuindo, assim, o poder de actuação no apoio social aos portugueses..

Os socialistas decidiram ainda apoiar o movimento de contestação contra o encerramento do consulado-geral de Portugal em Osnabruk, obrigando milhares de portugueses a deslocarem-se às cidades de Dusseldorf e de Hamburgo, provocando mais despesas e maiores dificuldades aos utentes.

A credibilidade e a confiança no alargamento têm de assentar num tronco comum de valores, princípios e direitos que solidifiquem as relações entre Estados e cidadãos a quem a história recente de meio século privou de convívio e confiança recíproca.

No seio da Convenção, um dos assuntos que marca a agenda neste momento é a proposta de integração da Carta dos Direitos Fundamentais num futuro Tratado Constitucional, matéria que já é hoje considerada de consenso adquirido. Com algum orgulho da nossa parte, pois foi pela mão do comissário Vitorino que tal se conseguiu. E ainda bem!

Porque Constituição europeia e Carta dos Direitos Fundamentais são duas faces da Nova Europa, desde logo porque não é possível conceber a democracia a 25 sem Direitos Fundamentais vinculativos. Quando actua, a União Europeia tanto ou mais que os Estados, terá que o fazer no quadro de referência de uma concepção autónoma e própria dos novos direitos dos cidadãos. Porque a tal obriga a convivência e a pedagogia democrática de Estados e cidadãos que, pela primeira vez, partilham o mesmo destino. Porquê este insistir na indissociável ligação entre o novo Tratado e a Carta dos Direitos?

Em primeiro lugar, porque a credibilidade e a confiança no alargamento têm de assentar num tronco comum de valores, princípios e direitos que solidifiquem as relações entre Estados e cidadãos a quem a história recente de meio século privou de convívio e confiança recíproca. A Carta é a nova lei de bronze que se inscreve no frontispício da casa comum europeia.

Depois, porque a nova cidadania da União, colocando o cidadão europeu no centro da legitimidade europeia, impõe a sua defesa e protecção perante qualquer actuação abusiva que a centralização do poder nas instituições comunitárias poderá produzir, em nome da eficácia da decisão. E por isso, questão inovadora e revolucionária, há que encontrar fundamento e modalidades para o acesso directo dos cidadãos aos tribunais da União, recorrendo das actuações menos escrupulosas dos seus direitos, da mesma forma que há que definir os mecanismos que levem os tribunais nacionais a aplicar a Carta em nome dos cidadãos da Europa.

Por tudo isto, é necessário elevar a Carta dos Direitos Fundamentais ao estatuto de direito comunitário originário, tornando-a referência fundamental para o Tribunal de Justiça e tribunais nacionais, fazendo desse instrumento direito básico da União Europeia, verdadeira parte integrante do acervo jurídico comunitário, a ser respeitada por todas as instituições europeias e por cada um dos Estados membros.

Que espaço de Liberdade, Segurança e Justiça estaríamos a construir sem uma Carta dos Direitos Fundamentais? Que modelo de convivência cívica e política pode subsistir sem ela?

A Carta integrar-se-á em bloco, sob a fórmula de um título ou capítulo primeiro de um futuro Tratado constitucional. Ou, como alternativa, o próprio Tratado constitucional incorporará um artigo que faça referência ao carácter constitutivo e vinculativo da Carta, sendo o texto da mesma, na sua integridade, recolhido numa parte específica do texto constitucional ou,

**EUROPA DA CARTA
EUROPA DE ESQUERDA**

eventualmente, num protocolo.

Parlamento e Convenção encontram-se nesta dupla possibilidade, ainda ontem aprovada no Relatório Duff onde, para além disto, toda a problemática geral do carácter constitucional da Carta foi aprovada por 344 votos a favor e 79 votos contra. Não vale a pena os eurocépticos (ainda os há?) remarem contra a maré daqueles que com a legitimidade do voto popular querem a Europa dos cidadãos e dos direitos. E nisto não se distinguem deputados europeus, nacionais ou representantes dos governos na Convenção. Só Pacheco Pereira é que tarda em perceber! E que ninguém tenha medo ou preconceito jurídico: Nenhuma nova competência se cria por via da Carta. Pelo contrário, ela limita as atribuições da futura União. Também nenhum direito se retira à esfera dos que já hoje gozam os cidadãos dos Estados-membros, nem nenhuma protecção mais elevada se dilui numa Carta que só estabelece regras mínimas.

Por isso, se queremos uma democracia organizada, assente em valores comuns, constitucionalizemos a Carta, dando-lhe valor de referência e protecção fundamental dos cidadãos da União.

A Carta constitucional e europeia é o contrário da Europa mercantil. A primeira, faz da Europa um espaço de excelência no respeito avançado dos Direitos do Homem; a outra, suporta os indivíduos em nome do negócio.

A Europa dos Direitos é de esquerda, mesmo quando a direita também vota a seu favor!



LUÍS MARINHO

www.
ps.pt



**XIII
Congresso
Nacional**

15, 16 e 17 de Novembro
Coliseu dos Recreios - Lisboa



**É direito dos militantes
eleger e ser eleito.**

Eleições para Delegados
25 a 27 de Outubro

Vá votar, não se esqueça!

PAULO PEDROSO AFIRMA

GOVERNO É UM “COCKTAIL” DE CONSERVADORISMO E POPULISMO

O porta-voz do PS, Paulo Pedroso, afirmou que Portugal é governado por “um cocktail por vezes explosivo de conservadorismo e populismo, com base numa ideia de que socialmente se foi longe de mais e há que voltar atrás”.

Para o ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade do último Governo PS, o País está “contaminado” pelo fenómeno europeu de “união das direitas tradicionais às direitas populistas”.

“Quem olha a Europa vê algo de novo por toda a parte: a ruptura da barreira entre a direita tradicional e a nova direita populista, através de ligações de governo e a entrada em cena de partidos que, apesar de viverem a democracia com a mesma natureza que os outros, introduzem uma agenda corrosiva para a própria democracia”, afirmou.

Falando na terça-feira num debate de preparação do Congresso promovido pelo PS/Matosinhos, Paulo Pedroso considerou que a quebra dessa barreira “fez com que as ideias desses novos partidos passassem para a agenda populista, que também contaminou Portugal”. Segundo sublinhou, existe “um ponto transversal a todos os populismos: assumem-se como os representantes dos espoliados – os



nacionais espoliados pelos estrangeiros, os cidadãos espoliados pelo Governo, os bons trabalhadores explorados pelos maus, ou seja, os pobres ameaçados pelos poderes”. Através dessa estratégia, disse Pedroso, os partidos populistas “tentam capitalizar nichos de votos de protesto, muitos dos quais habituais

eleitores de esquerda”, alegando que “a política e os políticos são todos iguais e que é necessária uma nova redenção”.

Paulo Pedroso considerou ser fundamental os partidos socialistas europeus “não minimizarem os efeitos” da entrada em cena destes novos partidos “populistas” e “reinventarem o que têm a dizer”.

A situação é tanto mais premente em Portugal, considerou, quando se assiste a “uma tentativa sistemática de destruir o PS: primeiro direccionada a António Guterres, depois generalizada a todo o Governo e agora personalizada em dirigentes específicos do partido”.

A este ataque, afirmou, é preciso “reagir com indignação, criando bases para que este modo de exercer o poder não ganhe raízes em Portugal”.

Ora, como “os portugueses sabem que o PS é o referencial da democracia em Portugal”, o partido tem de saber mudar e aprender com as derrotas eleitorais que sofreu recentemente, “mudando tudo o que for preciso para ganhar a confiança das pessoas e voltar a governar, com o seu património transformado em capital positivo”.

E para isso não tem de tirar votos aos seus adversários, tem é de perceber o que leva os portugueses a absterem-se cada vez mais e recuperar “o eleitorado que já foi seu e que hoje não é de ninguém”.

Por outro lado, sobre a proposta de alteração dos estatutos, afirmou não achar que o PS “deve ser uma pequena máquina eleitoral que esquece a sua vida interna”, preferindo que o partido “reconstrua a sua velha ambição de ser um partido de massas”.

Entre os 60 mil inscritos no PS e os dois milhões que nele votaram há, segundo o dirigente, um amplo leque de possibilidades de intervenção partidária, que pode passar pelos clubes de política, pela criação de cibersecções ou pela recuperação, com as alterações necessárias, da figura do “simpatizante”.

O presidente da Federação do Porto do PS, Narciso Miranda, desvalorizou igualmente a questão dos estatutos, considerando que se o debate é fundamental em qualquer congresso o mais prioritário, neste momento, é a próxima reunião magna dos socialistas funcionar como “um fórum de afirmação para o exterior, apresentando um projecto credível e uma mensagem muito forte”.

MANUEL ALEGRE

PS DEVE SER COMBATIVO E INCONFORMISTA

Manuel Alegre defendeu uma “cultura de combate e inconformismo” para o PS, alertando para a necessidade de combater, eventualmente apoiando às centrais sindicais, o “desmantelamento dos direitos adquiridos pelos trabalhadores após o 25 de Abril”.

“A rua é um local de luta política e foi nela que tivemos algumas das nossas maiores vitórias. Se for preciso, devemos voltar para lá”, afirmou Alegre, terça-feira, na cidade Invicta, acrescentando que “o PS não está na fase de discutir percentagens” e que deve assumir um “posicionamento claramente à esquerda”.

Manifestando-se “muito preocupado com os camaradas que dizem para não fazer ondas, para manter o eleitorado do centro”, Alegre recordou, perante centenas de militantes da Federação do Porto, o que aconteceu em França com a derrota de Lionel Jospin na primeira volta das presidenciais, sublinhando que “o mesmo pode acontecer (em Portugal) se o PS não for capaz de perceber porque perdeu as eleições, não agir de acordo com os seus valores e procurar o poder pelo poder, através da busca do centrismo, com medo da palavra socialismo”.

“A modernização não pode ser a capitulação do PS ao neoliberalismo”, frisou, reiterando de seguida: “Não podemos acabar como uma espécie de direita social. A esquerda em Portugal só pode ser federada pelo PS, não agregando ou coligando, mas mobilizando em torno das suas causas”.

Alegre defendeu ainda um PS “radical democrático” face a “uma direita radical que nada aprendeu nem quer aprender”.

Virando-se para a “direita populista”, que diz existir num dos partidos da coligação governamental, Manuel Alegre considerou que ela “está a destruir o consenso que tanto custou a construir e sempre a favor das entidades patronais, ao mesmo tempo que coloca a família acima dos indivíduos, recuando assim para uma mentalidade anterior à Revolução Francesa”.

“Mas a pior de todas é a contra-reforma cultural, com um claro desinvestimento na qualificação das pessoas, através de cortes orçamentais na educação, cultura e ciência. Isso mostra de que lado está o Governo e o que ele pensa”, concluiu Manuel Alegre.

II ENCONTRO NACIONAL DE CONCELHIAS

APOIO TOTAL AO LÍDER

As concelhias do PS manifestaram “total apoio” ao secretário-geral do partido. Reunidos em encontro nacional, em Coimbra, no passado fim-de-semana, os dirigentes concelhios apelaram à mobilização do partido e dos cidadãos para dar combate ao Governo, e defenderam que seja o PS “a liderar a oposição de uma forma séria e credível”.

Para as concelhias do PS, o ministro de Estado e da Defesa Nacional, Paulo Portas, “retira credibilidade aos políticos e às instituições democráticas, ao recusar-se a dar explicações no Parlamento sobre a sua conduta e o seu envolvimento no caso Moderna”.

Os dirigentes concelhios do PS pediram aos órgãos nacionais do partido “para não descansarem na denúncia sistemática e permanente desta situação”.

Do ponto de vista interno, houve consenso relativamente à “forma como se está a processar a discussão sobre as alterações estatutárias”. Contudo, segundo as conclusões, recusam a “proposta que pretende alterar as competências das concelhias no que respeita à escolha dos candidatos autárquicos”. Essa opção, segundo as concelhias, “representa uma secundarização do papel” destas estruturas de base do PS.

Ao encerrar os trabalhos, Ferro Rodrigues voltou a exortar o primeiro-ministro a demitir do Governo o ministro de Estado e da Defesa Nacional, Paulo Portas. Para Ferro Rodrigues, a decisão do Governo, através do ministro da Defesa, de retirar a confiança política ao chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Alvarenga Sousa Santos, é um facto “extremamente perigoso”. Em sua opinião, Durão Barroso deve, agora, demonstrar “capacidade de decisão” e “arranjar alguma maneira” de afastar do Governo o ministro da Defesa, Paulo Portas.

Admitindo que “o País tem problemas orçamentais que vêm de trás”, o secretário-geral do PS acusou o Governo de ter criado uma “atmosfera depressiva”, em vez de buscar soluções para a “gravíssima recessão ao nível económico”. O PSD, segundo o líder do PS, “tanto falava do lobo que o lobo aí está”. Sobre o próximo Congresso do PS afirmou não se preocupar com os seus “poderes institucionais”, numa alusão clara às alterações estatutárias em curso, contestadas em parte pelas concelhias.

Ferro Rodrigues considerou desnecessário os órgãos do PS “fazerem pressão uns sobre os outros”, sendo mais importante, isso sim, conseguir um “partido mais aberto e mais justo”.

Encerrado o II Encontro Nacional de Concelhias Socialistas, o líder do PS seguiu para o auditório do Instituto Português da Juventude onde apresentou aos militantes a sua moção global de orientação política ao Congresso.

O trabalho, de uns e outros, deve ser em grande parte orientado em termos de marketing político, para o fazer é necessário criar, ou fortalecer, uma estrutura de marketing que sirva de ponte entre os projectados núcleos de trabalho sectorial e todos esses políticos no poder, ou na oposição e também para todos os militantes e simpatizantes.

Há, por tradição na esquerda, um sentimento de recusa do marketing. Existe a ideia que tudo o que faz é enganar as pessoas, explorando as suas fraquezas depois de as identificar. A frase, sempre repetida, de que é possível vender um político como uma pasta de dentes, faz com que ninguém queira ser vendido dessa forma e muito menos ver assim ser vendida a teoria política que lhe serve de base ideológica.

A verdade é que nem uma escova de dentes se vende como uma pasta de dentes. O marketing não é na sua essência mau. Como qualquer técnica, ou ciência, tem pessoas que a utilizam de uma forma correcta e ética e outras que a usam de uma forma desonesta.

O marketing pode e deve ser utilizado na política. Para alcançar o poder e para manter o poder. Não é o fundamento da política, mas é a forma de conhecer: a realidade, a concorrência e de adaptar a comunicação de acordo com o que é importante para o eleitorado. Não alterando políticas ou decisões, mas adaptando-as, em termos de oportunidade e de comunicação, ao momento político. Tem sido dito e repetido que o anterior Governo foi demasiado moldável pelas sondagens, seria esse um dos pecados do marketing na sua relação mais recente com o poder. A verdade é que mesmo nos mercados comerciais muitos produtos de sucesso foram lançados contra as sondagens. As sondagens servem para se ter uma ideia do que pensa o eleitorado, não servem para definir políticas. Servem para se estar de sobreaviso, face a uma contestação, e para estar preparado para a luta que uma decisão justa, mas impopular, vai levantar.

Na política o marketing pode ser muito bem utilizado:

- Para conhecer o eleitorado.
- Para conhecer o partido.
- Para conhecer a concorrência.
- Para “vender” candidatos e candidaturas.
- Para publicitar ideias, candidatos e propostas.
- Para criar um forte espírito de corpo e divulgar toda a teoria e prática que serve de base a um partido.
- Para saber utilizar bem todos os suportes de comunicação disponíveis.

Pode ser mal utilizado se:

- Confundir políticos com produtos, descartáveis, e ideias com slogans.

Reafirmamos a nossa discordância de princípio que se utilizem os sindicatos existentes para suportar organizações virtuais, sem interesse para a defesa dos interesses dos trabalhadores e que só existem devido à obsessão organizativa de correntes sindicais quando não conseguem ganhar eleições em sindicatos representativos.

No próximo dia 30 de Novembro realiza-se no maior sindicato de professores do País um referendo para decidir da manutenção ou saída da Confederação de Quadros Técnicos e Científicos Portugueses. Tal referendo tem por origem um requerimento de mais de 200 sócios que foi dinamizado pelos militantes socialistas daquele sindicato, incluindo dois dos seus vice-presidentes que defendem a saída do SPGL da referida Confederação?

O facto da quase totalidade dos sócios do SPGL, desconhecem o que é essa Confederação, quais os seus objectivos e que o SPGL para além de filiado é o seu principal financiador, é já um argumento decisivo que justifica tal saída.

Argumento também importante é o facto dela praticamente não funcionar, só servindo para gastar mal o dinheiro das organizações suas aderentes.

Por outro lado, a participação do SPGL nessa Confederação é um exemplo, a que é preciso pôr fim, dos desvios, infelizmente frequentes, do Movimento Sindical ao que devia ser a sua prioridade de actuação: - a defesa dos interesses dos trabalhadores que representa.

A participação imposta pela corrente maioritária do SPGL é, por isso, incorrecta no campo dos princípios, no da prática e no financeiro.

É incorrecta no campo dos princípios porque se o Movimento Sindical Unitário quer ter uma palavra a dizer relativamente à intervenção sindical dos Quadros, ela poderá e deverá ser feita no âmbito de um Grupo de Trabalho da CGTP-IP e não de uma forma artificial e ineficaz, sem qualquer capacidade de afirmação e intervenção.

Tal incapacidade não é para admirar e resulta da característica mais marcante de tal Confederação - não integrar as mais importantes estruturas de quadros - sendo, na realidade paralela aos Quadros Técnicos e Científicos (engenheiros, economistas, arquitectos, etc.) e às suas organizações representativas.

É incorrecta no campo da prática, pois claramente não atingiu os objectivos proclamados como base para a sua criação, na realidade ela não funciona, não tendo criado qualquer dinâmica de intervenção social e sindical na sociedade portuguesa, só servindo para delapidar dinheiro dos que sem razões sindical e socialmente válidas lho entregam, como é o caso do SPGL.

Um exemplo da sua incapacidade em defender os interesses dos Quadros, está na sua actual ausência de participação na Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, ao contrário do

EM DEFESA DO MARKETING POLÍTICO

PAULO OLIVEIRA DIAS

- Conduzir a inflexões de políticas e promessas eleitorais.
- Servir os adversários, dando-lhes trunfos.
- Não conhecer os adversários em todos os seus pontos fortes e fracos.
- Retirar determinação aos eleitos.
- For olhado com desconfiança por quem sabe que não prestou um bom serviço.

O marketing é essencial para qualquer organização. É a disciplina que permite a todo o momento saber (com o rigor possível a uma ciência humana) onde se está e para onde se pode ir. Onde estão os nossos adversários e o que estão a fazer de certo e errado tanto em termos reais como de opinião.

Como se pode ver ao fim de poucos meses de Governo PSD/PP a sua imagem de eficácia e determinação tem fracos pontos de apoio, vendo-se cada vez mais que as políticas criam uma enorme contestação junto da maioria dos cidadãos. O argumento da necessidade, face ao estado das finanças públicas, já não cola por muito mais tempo, nem é suficiente para sustentar políticas que afrontam a cultura política nacional.

O Partido Socialista tem muitos políticos eleitos a nível das autarquias e muitos outros nas oposições, nas assembleias municipais. Tem um papel fundamental de oposição na Assembleia da República. O trabalho, de uns e outros, deve ser em grande parte orientado em termos de marketing político, para o fazer é necessário criar, ou fortalecer, uma estrutura de marketing que sirva de ponte entre os projectados núcleos de trabalho sectorial e todos esses políticos no poder, ou na oposição e também para todos os militantes e simpatizantes. Transmitindo a informação nos dois sentidos depois de adaptada/sintetizada de acordo com a necessidade de informar: primeiro comunicando a existência da informação e, depois, disponibilizando-a na sua totalidade de acordo com as solicitações.

Para a realização desta troca de informação existem vários suportes sendo neste momento a Internet o mais eficaz. Apesar de tudo, o suporte papel é ainda essencial para quantidades de informação relevantes, podendo, ou não, utilizar a Internet como meio de divulgação.

PROFESSORES DO SPGL DEVEM SAIR DA CONFEDERAÇÃO DE QUADROS

ÓSCAR SOARES

Vice-presidente do SPGL, membro do Conselho Nacional da CGTP e do Secretariado Nacional da Corrente Socialista da CGTP

que se tentou quando da sua criação. Tal incapacidade faz dela um peso morto, cuja ineficácia é por todos reconhecida, inclusive pelos dirigentes sindicais da corrente maioritária no SPGL, que, na nossa opinião, só não concordam com a sua extinção por não terem indicações superiores nesse sentido.

É incorrecta do ponto de vista financeiro, porque, na falta de organizações de quadros que a financiem, pois a ela se recusam a pertencer, esta Confederação tem sido e é suportada financeiramente pelas quotas dos professores, que podem e devem ter melhor utilização, por exemplo no melhoramento de Serviços Sociais de Apoio. Basta dizer-se que a quotização anual do SPGL para a Confederação é de 3 600 contos! o que perfaz desde a sua fundação cerca de 50.000 contos! Para quê? Porque? Com que vantagens?

Em conclusão, reafirmamos a nossa discordância de princípio que se utilizem os sindicatos existentes para suportar organizações virtuais, sem interesse para a defesa dos interesses dos trabalhadores e que só existem devido à obsessão organizativa de correntes sindicais quando não conseguem ganhar eleições em sindicatos representativos.

Estamos disponíveis para colaborar com camaradas de outras sensibilidades político-sindicais, colaboração que tão necessária é, nomeadamente em momentos como o que vivemos, marcado por um violento ataque da direita aos interesses dos trabalhadores, consubstanciado nas propostas de novas Leis Laborais, na nova Lei de Bases da Segurança Social e nas alterações ao Estatuto da Aposentação.

Recusamos, no entanto, dar cobertura a desvios e manipulações dos objectivos do Movimento Sindical. pelo que apelamos aos professores e designadamente aos que se reconhecem nos princípios do socialismo democrático a que nos ajudem a libertar o SPGL desta excrecência aos interesses dos professores e do Movimento Sindical.

A SEMANA PREVISTA

Decorrem nos dias 25, 26 e 27, em todas as secções do Partido Socialista, as eleições dos delegados nacionais ao próximo Congresso de Novembro. Aproveitando este facto realizam-se também as eleições para os órgãos da Secção da Penha de França, em Lisboa.

No âmbito da apresentação da sua moção ao Congresso, Ferro Rodrigues vai estar dia 24 em Faro e 25 no Porto.

Decorrerá no próximo sábado, em Moura, um encontro de autarcas socialistas das Assembleias Municipais do distrito de Beja.

A Comissão Política Concelhia do PS/Mogadouro realiza também no sábado, um debate sobre a actual situação política, com a participação de Paulo Pedroso e Mota Andrade. Após o debate será inaugurada a nova sede do PS/Mogadouro.

A Fundação Friedrich Ebert e a Fundação José Fontana promovem na sexta-feira, no Hotel Lisboa Plaza, uma conferência subordinada ao tema "Que estratégias para uma política de segurança comum?" Entre os oradores salienta-se a presença do comissário europeu António Vitorino e do ex-ministro da Administração Interna Nuno Severiano Teixeira.

A Concelhia do PS/Lisboa promove na próxima quarta-feira mais um debate sobre a política para as cidades com Helena Roseta e Eduardo Prado Coelho.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente 25 €
Regiões Autónomas 32 €
Macau 54 €
Europa 63 €
Resto do Mundo 92 €

O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados

ACÇÃO SOCIALISTA

INFORMAÇÕES ÚTEIS FEDERAÇÕES

Algarve

Largo do Pé da Cruz, 22 - 8000-154 Faro
Tel: 289825081

Guarda

Rua Francisco Prazeres, 17 - 6300-690 Guarda
Tel: 271212969

Leiria

Rua Machado Santos - 2410-128 Leiria
Tel: 244822662

FAUL

Rua São Pedro de Alcântara, 81
1250-238 Lisboa
Tel: 213462046

Portalegre

Rua Luís de Camões - 7300-194 Portalegre
Tel: 245201421

Porto

Rua Santa Isabel, 82 - 4050-536 Porto
Tel: 226051980

Santarém

Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, 45/A
2000-158 Santarém
Tel: 243321544



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvinogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accao**

E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa